ESPAÇO E LEMBRANÇAS NA ECONOMIA SIMBÓLICA URBANA: O “RETORNO” DA PEQUENA ÁFRICA CARIOCA *

Edson Farias**

RESUMO

A proposta deste artigo é abordar configuracionalmente os usos das lembranças africanas no que toca a tematização de faixas da região portuária do Rio de Janeiro atualmente. Deste modo, as metas analíticas se dividem nas duas seguintes instâncias. A primeira corresponde ao olhar sobre a textura mesma do espaço figurado seja como propriedade estruturante das relações sociais seja como objeto de usos diversos, mas sociohistoricamente tecido na particularidade de lugares geograficamente delimitados. Assim, recorreremos à importância gozada pelas reminiscências africanas na tematização de determinada faixa do território carioca e suas vinculações com o entretenimento-turismo. Já na segunda parte do texto o interesse está dirigido às condições sociais subjacentes às estratégias expres-

* Comunicação apresentada durante a Mesa de Análises “Reflexiones teóricas, metodológicas y empíricas en torno al estudio de las dinámicas espaciales, culturas políticas y urbanas”, no *Colóquio Internacional sobre Espaço Público y Conflicto Urbano em las Metrópolis*, Ciudad de México, Universidade Autónoma do México, de 11 a 13 de novembro de 2009.

** Professor do Depto. Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UnB; pesquisador do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento e do Laboratório de Pesquisa Social em Trabalho, Afeto e Cultura (TAC).

sivas no escopo das ambiências montadas no escopo da malha de interdependências sócio-funcionais figuradas nesse delineamento com repercussões diretas sobre a convergência entre economias e culturas urbanas em sintonia com os ditames sistêmicos da tematização dos lugares para fins de consumo cultural, lazer e turismo. Por consequência, não se tem por fim analítico e interpretativo a discussão sobre os discursos identitários propriamente ditos; o que se quer é compreender como biografias e itinerários institucionais estão igualmente inscritos na tessitura das mesmas ambiências.

Palavras-chave: Identidade, África, Rio de Janeiro

SPACE AND MEMORY IN URBAN SYMBOLIC ECONOMY: THE “RETURN” OF RIO’S LITTLE AFRICA

ABSTRACT

The aim of this paper is to address configurationality uses of memories when it comes to African thematization tracks from the port area of Rio de Janeiro today. Thus, the analytical goals are divided in the following two instances. The first corresponds to the look on the same texture space is figured as property structuring of social relations is the object of various uses, but socio-historical particularity of tissue in places geographically defined. Thus, we turn to the importance enjoyed by the African reminiscences sidering a certain portion of territory in Rio and its ties with the entertainment-tourism. In the second part of the text's interest is directed to the social conditions underlying the expressive strategies in the scope of ambiances scope mounted on the mesh of interdependencies figured that socio-functional design with direct implications on the convergence between economies and urban cultures in line with the dictates systemic thematization of places to meet consumers' cultural, leisure and tourism. Consequently, there is no end to analytical and interpretive discussion of the discourses of identity itself; what you want to understand how institutional biographies and itineraries are also included in the fabric of the same environments.

Keywords: Identity, Africa, Rio de Janeiro

Nas duas últimas décadas se acentuou o interesse pelo tema do espaço na teoria social¹. Em lugar de encará-lo apenas à maneira de um ingrediente há mais dos fenômenos sócio-histórico, a tendência metodológica tem sido apreendê-lo enquanto um fator inalienável e, logo, de modo algum subordinado a qualquer outro na composição das experiências sócio-humanas².

Não deixa de ser irônico o fato de que a mesma ênfase teórico-analítica, a partir da reconsideração da antecendência ontológica do espaço, ocorra em um momento no qual são recorrentes as menções à dissolução dos lugares, em razão do incremento dos fluxos planetários ativados pelas dinâmicas sistêmicas vinculadas ao dueto composto por mercado e tecnologias de informação-comunicação. Na contrapartida do emprego de denominações como “não-lugares” e “trans-lugares” (Augé, 1995; Appadurai, 1997), propagaram-se interpretações sobre o desencaixe das localidades ou mesmo se apontou à desterritorialização dos símbolos, culturas, tradições, hábitos, enfim, da experiência (Santos, 1998). A respeito desse recorte objetual, Manuel Castells propôs a idéia de “lugares-fluxos” (Castells, 1999). Por sua vez, Soja sugere um novo domínio epistemológico transdisciplinar, o da pós-geografia, justamente voltado a tais novas espacialidades (Soja, 1993).

¹ Embora não desenvolva em termos analíticos no tratamento de um domínio empírico, já Durkheim sublinhou o espaço como uma categoria do entendimento que informa representações coletivas, mas as simbolizações estão subordinadas às divisões relativas à maneira como um grupo se distribui sobre um território (Durkheim, 1989: 40-41).

² Tomamos de empréstimo aqui a idéia de Giddens sobre os elementos recursivos na constituição da sociedade, entre os quais inclui o espaço. Ver o autor que o problema em torno da constituição da sociedade é re-inserido na duplicidade em que os agentes da sociedade a constitui na dinâmica da produção deles pelas condições coletivas. Posto deste modo, ele rejeita a premissa de tratar o tema da ação e dos ideais motivadores sem que se considerem, também, as assimetrias de poder e divisões de interesse. Isto é, para acessar à concretude da ação, três aspectos da interação deveriam ser observados: a constituição do significado, a moralidade e as relações de poder. Assim, o autor chama atenção ao fato de que as escolhas e as objetivações dos posicionamentos humanos não ocorrem em um vácuo. O que, exatamente, torna viável que a atitude de alguém se faça singular àquela pessoa é que o gesto seja reconhecível pelo repertório de saberes de outros. Repertório que, logo, é intrínseco à ação do primeiro e baseia a sua significação, mas que também é transcendente àquela pessoa em específico, ou a todas envolvidas na interação, equivalendo uma instituição de cujo acesso depende as possibilidades, ou melhor, do modo como estão distribuídos os recursos da sociedade. Por isto, Giddens emprega o conceito de “dualidade estrutural” para sintetizar a idéia de que “as estruturas aparecem tanto como condição e como consequência da produção da interação.” (Giddens, 1989: 166).

Nos rastros dessas reavaliações e a luz da ênfase depositada na questão dos usos no que toca às relações sociais, o contexto e as paisagens urbanas – principalmente, os das metrópoles – se converteram em lócus e também laboratório privilegiados às pesquisas e as reflexões, devido tanto a sua secular afinidade com as nuances históricas e simbólico-morfológicas da modernidade quanto por concentrar os meios, artefatos, objetos, instituições e agentes que protagonizam a cena social contemporânea. Paulatinamente, em vez do acento posto nos efeitos da modernização industrial sobre a cidade, em conexão com projetos nacionais de desenvolvimento econômico, no contexto sócio-antropológico atual se observa a proliferação de pesquisas priorizando a diversidade dos usos na cidade. São discutidos os perfis dos grupos com os seus respectivos estilos de vida, os tipos de moralidades vigentes, as fórmulas de solidariedade, mas também o caráter das desigualdades e dos conflitos deflagrados. Igualmente se atenta às reivindicações em nome da afirmação identitária em meio às lutas por reconhecimento. Como um desdobramento analítico motivado pelos efeitos destas próprias excursões empíricas, os olhares retêm o consumo mesmo das territorialidades urbanas (Certeau, 1994; Zukin, 1995; Arantes, 1997; Fortuna, 1997; Leite, 2004).

Paralelamente, desde o início dos últimos anos noventa, com o advento das discussões de Saskia Sassen (2001) sobre as cidades globais, o maior engajamento entre sociologia do trabalho e urbana esteve em resposta à percepção do enlace entre a pulverização dos fatores de produção com a maior concentração espacial do capital em alguns poucos centros metropolitanos. Assim, Nova York, Tóquio, Londres, Paris e Roma teriam sido privilegiadas para sediar os núcleos dos conglomerados transnacionais, abrigando uma variada rede composta por igualmente vasta gama de serviços remunerados, com efeitos evidenciados no plano estritamente econômico, em meio ao processo que ressignifica tanto a dinâmica capitalista como o papel das metrópoles em países industrializados, dando-se ênfase cada vez mais ao setor terciário. Algo que redundou em remanejamentos internos à divisão e aos processos de trabalho em escala planetária, simultaneamente, com rebatimentos sensíveis na re-funcionalização do âmbito sócio-geográfico manifestos em processos de requalificação e/ou de renovação das áreas

centrais e portuárias citadinas, a princípio, organizadas em prol das unidades industriais. Evadindo-se nesse remanejamento uma dinâmica de pós-modernização cujas facetas dizem respeito à ligação estabelecida entre a lucratividade e reprodução do capital com os ramos do lazer, da gastronomia e da cultura, na medida em que haveria espécie de otimização generalizada do espaço e das atividades nessas respectivas cidades para atender as demandas incrementadas. No mesmo caudal, ainda de acordo com os deslocamentos nos marcos de orientação da economia-mundo capitalista, dar-se-ia a articulação de um conjunto outro de cidades que, em um patamar inferior, ainda assim deteria relevância regional na globalidade: Cidade do México, Buenos Aires, São Paulo, Xangai, Bangkok, entre outras.

Ainda segundo Sassen, a teia urbana global constituída teria impactos indelévels nos processos de trabalho, nos eixos das carreiras e mesmo nas movimentações populacionais mundo afora. Na esteira dessa mesma dinâmica teria havido a ampliação na receita financeira e no coeficiente demográfico dos setores de altas e médias rendas envolvidos diretamente com a globalização. Fator este que pressionaria a favor do capital imobiliário, pois exigiu investimentos maiores nos empreendimentos de moradia dirigidos aos usuários de maiores rendimentos. Capital imobiliário também beneficiado tanto pela competição entre localidades visando atrair o interesse de investidores quanto pelo crescente empenho de preservação de memórias arquitetônicas (Harvey, 1992). Com ou sem a participação decisiva do Estado, no saldo de tal combinação evoluíram processos, justamente, de intervenção como requalificação, revitalização, renovação, requalificação ou reabilitação urbana, sobretudo no que toca suas regiões centrais (Smith, 1996).

No núcleo de um e de outro eixo de formulações sobre as cidades contemporâneas consta a prioridade temática e analítica conferida à economia informacional. Os intérpretes ressaltam como a saturação de larga extensão dos locais pelos signos seria o sintoma da aliança entre infra-estrutura tecnológica de informação digitalizada e o estágio financeiro do capital. Categorias como as de “capitalismo informacional” (Castells, 1999a) e “economia de signos e espaços” (Lash & Lury, 1987, 1994) se adiantam no sentido estenografar o que seria a determinação histórica por excelência do presente; época em que a

dimensão imaterial da produção seria o fator de coordenação tanto das relações estritamente econômicas quanto das cada vez mais variadas interfaces destas com a diversidade de fazeres e saberes humanos. Um conjunto de intérpretes (Bradley & Fentom, 1999; Kent, 1999; Sayer, 1999; Denton & Morris, 2004; Hochschild, 2004, 2008) tem debruçado sobre as correlações cada vez mais densas entre economia da cultura, cidades e práticas simbólico-afetivas. Para isto são priorizados eventos, relações, processos e estruturas em trânsitos e cruzamentos globais nos quais contracenam dinheiro, trabalhos, símbolos, estimas e aparatos tecnológicos inscritos em sistemas sociotécnicos envolvendo comunicação, informação e transportes em relações de saber e poder. Trânsitos e conexões em escalas planetárias que também chamam a atenção à continuada exibição midiática do autóctone e do íntimo.

Deste modo, no plano teórico do pensamento social, vêm emergindo modelos em resposta à finalidade de apreender a questão da exteriorização das intenções, estando essa exteriorização sintonizada tanto com os parâmetros normativos quanto com as possibilidades comunicativas vinculadas ao dispositivo da economia informacional. O objetivo posto é traduzir analítica e conceitualmente uma tendência sócio-histórica em que se percebe o mútuo engendramento da intensificação de trânsitos de pessoas, idéias, tecnologias, símbolos, etc. com as interseções entre heterogêneos meios de sobrevivência inscritos em também diversos modos sócio-simbólicos de vida. Aposta-se na premissa de que, na esteira desta dinâmica de rentabilidade definida pela flexibilidade em compor com as diversidades étnico-históricas, dá-se a difusão de estratégias e táticas de inserção e diferenciação. Sob inspiração foucaultiana, Michael Hardt e Antônio Negri, por exemplo, enxergam em tal confluência a natureza biopolítica do trabalho imaterial, o qual se enraizaria na condução dos planos macro e micro-políticos. Segundo eles, A produção imaterial, em contrapartida, inclusive a produção de idéias, imagens, conhecimentos, comunicação, cooperação e relações afetivas, tende a criar não os meios da vida social, mas a própria vida social (Hardt & Negri, 2005 – em *itálico* no original).

Não há dúvidas de que a dinâmica da economia informacional contracena com o destaque dado ao trabalho da cultura, ao estendermos esta última como a síntese simbólico-normativa da vida societária com

injunções diretas sobre as afetividades. Correspondendo a economia informacional uma faceta da divisão complexa de funções em que saber e mercadoria, quando sintetizados em unidades numéricas de informação passíveis de serem veiculadas em suportes digitais, compõem tanto um insumo como ativo precioso na rentabilidade contemporânea do capital. Também nos parece um fato estar na contrapartida da mesma dinâmica a existência da estrutura de sentimentos afável à antecedência das imagens na efetivação das intenções. Por isso mesmo, ao contrário dos dois autores, nos parece equivocado acolher o esquema binário que informa a cosmologia burguesa de organizar o real em disjunções como material e imaterial ou entre mercadoria e símbolo, ócio e negócio, trabalho e lazer. Suspeitamos que a trajetória de formatação desses circuitos de produção, prestação de serviços e de consumo, sob a ótica do entrecruzamento de modalidades de aprendizado, educação dos afetos, dependências e interpenetrações funcionais, dispõe-se não restrita, para falar como Habermas (Habermas, 1992: 110), à ação de sistemas obedientes à razão instrumental colonizadores do mundo-da-vida dos lugares, tão-somente desterritorializando práticas e símbolos. Nem tampouco nos parece adequado conceber esta tradução de valores redutível à “escravização” – como prescreve Sahlins – do capitalismo mundial pelos “conceitos locais de status, meios locais de controle da mão-de-obra e preferências locais de consumo, que ele não tem nenhuma vontade de obliterar, na medida em que isso não seria lucrativo.” (Sahlins, 2004: 452). A nosso ver, tais processos estão em convergência com os elos forjados nas interseções das singularidades históricas e afetivo-simbólicas com o movimento mesmo no qual a constituição das faces múltiplas da modernidade encerra os dispositivos sistêmicos na condução rotineira da vida dos tantos e diversos lugares. Ou seja, parece-nos decisivo ao exercício sociológico contemporâneo abordar e conceituar como a antecedência cognitiva dos espaços em orientar condutas nas texturas das interações e dos ambientes vários do planeta porta ela mesma as agências dos sistemas de peritos inerentes à produção desses bens e serviços aptos a trânsitos cosmopolitas. O fato crucial a ser aprofundado nas pesquisas é a produção e propagação de subjetividades em tramas intersubjetivas capazes de acionar tais disposições, definindo linhas de condutas regulares em sintonia com

a economia simbólica. O que sugere, igualmente, um encaixe de dimensões territoriais alargadas.

Iremos denominar de economia simbólica o regime de práticas que parece estar na base de coordenação e regulação própria a esta dinâmica histórica contemporânea, na qual economia e cultura comparecem como matizes em uma mesma dinâmica de uma esfera pública apta a fazer visível, os valores, tornar tático o invisível – emoções, afetos, saberes e afins. Entendemos que a economia simbólica se instaura um regime composto, na sua variedade institucional e limites às estratégias de encaminhamento de iniciativas, de repertórios lógico-conceituais deliberando possibilidades de codificações das manifestações sócio-culturais na dinâmica de uma esfera pública voltada para as imagens de si (indivíduos, grupos e espaços) no comércio de informações tecnologicamente disponibilizadas. Tendo em conta, ainda, o quanto, neste intercâmbio, unidade monetária e expressão cada vez mais se tornam recíprocos. Tal regime é, também, oriundo de arquiteturas normativas e tramas jurídicas decidindo o estatuto de propriedades e de possibilidades de alienação e acesso, na medida em que são ativadas outras modalidades de mercados e, também, de instâncias de visibilidade e transmissão legítimas de bens simbólicos.

De acordo com este horizonte interpretativo, ressaltamos o propósito de mobilizar a noção de espaço em um duplo registro conceitual e analítico para nos voltar ao tema da paisagem urbana. Ou seja, tomamos o espaço enquanto o fator lógico necessário, caracterizado pela sua extensão plana, favorecendo a evocação de unidades, homogeneidades, logo, de abstrações de natureza cognitiva. Já o lugar corresponde ao fator rugoso ambiental e retórico e por isto mesmo empírico, envolvido com as circunstâncias, com os móveis históricos, geográficos e efetivos relativo a biografias e itinerários, embutidos na composição da sua narrativa. Ao se constituir em um ponto instaurador de uma maneira de contar, de relatar a vivência, o lugar prescreve determinada singularidade fenomenológica (Holzer, 1997: 82-83), correspondendo à dimensão de certezas primeiras, primordiais, conferindo coerência a desejos potencializados em atos, coisas e fatos enquanto pertencentes a um mesmo território onde estão mutuamente engendrados o eu, o outro e as coisas, mas também a possibilidades represadas ou interditas,

todas igualmente compo e decompo específico texto identitário (Arantes, 2000: 162-163). Algo esse que torna indispensável à intervenção discursiva seja ela poética, historiográfica e antropológica; intervenção sobre o movimento no qual o lugar encerra o conjunto de usos, de práticas e de disputas amalgamadas pelos sentidos de proximidade e distância, de dentro e de fora, os quais são entretidos aos instantâneos dos sentimentos de empatia, antipatia e indiferença.

A proposta de abordar configuracionalmente determinado traço da experiência do Rio de Janeiro atual obedece, justamente, à finalidade de realizar uma observação multidimensional a partir da interseção no plano dos usos do contexto urbano, da produção de subjetividades e da exteriorização das intenções, sem abrir mão dos modos de regulação e coordenação das condutas mediante aparatos sistêmicos normativos embutidos na trama urbana e que ora jogam papel fundamental nos modos de delineamento espacial e dos fazeres e usos dos lugares na globalidade. Nesse sentido, o objetivo é perseguir qual a possibilidade de traduzir para os termos da dinâmica própria à economia simbólica os tipos de usos e re-significação relativos às lembranças africanas em áreas do centro da cidade, no que toca o ajuste aos circuitos de produção e consumo cultural regulado pela lógica sistêmica do entretenimento-turismo. Deste modo, nossas metas analíticas se dividem nas duas seguintes instâncias. A primeira corresponde ao olhar sobre a textura mesma do espaço figurado seja como propriedade estruturante das relações sociais seja como objeto de usos diversos, mas socio-historicamente tecido na particularidade de lugares geograficamente delimitados. Assim, recorreremos à importância gozada pelas reminiscências africanas na tematização de determinada faixa do território carioca e suas vinculações com o entretenimento-turismo. Já na segunda parte do texto o interesse está dirigido às condições sociais subjacentes às estratégias expressivas no escopo das ambiências montadas no escopo da malha de interdependências sócio-funcionais figuradas nesse delineamento com repercussões diretas sobre a convergência entre economias e culturas urbanas em sintonia com os ditames sistêmicos da tematização dos lugares para fins de consumo cultural, lazer e turismo. Por consequência, não se tem por fim analítico e interpretativo a discussão sobre os discursos identitários propriamente ditos; o que se quer é compreender

como biografias e itinerários institucionais estão igualmente inscritos na tessitura das mesmas ambiências.

“Pequena África Carioca”: o mito como moeda-mercadoria e reconhecimento

Vitorioso no pleito entre as principais escolas de samba cariocas, no carnaval de 2007, o desfile da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis reverenciou a África como o berço de uma majestade cuja diáspora promovida pelos séculos de tráfico humano e escravidão, ironicamente, teria contribuído para disseminar pela América, e daí alcançado o mundo tal como hoje o conhecemos. Por conter as linhas-gerais do espetáculo apresentado no desfile de carnaval, recorremos ao texto da sinopse do enredo desenvolvida pela comissão de carnaval da escola. De acordo com a proposta, a escola de samba oniricamente voltaria ao início primordial, instaurador dos tempos, nos rastros da mitologia nagô-iorubá:

Voa Beija-Flor em seu sonho alado, a cintilar na imensidão do universo de Olorum e faz rufar tambores ancestrais, explodindo em luz como sopro divino da mágica da criação. E no espaço disperso, abrindo caminhos de Legbará, no vento, nos leva na viagem do tempo ao berço real da humanidade, Baobá da vida no esplendor de seu despertar. Resplandece qual visão aos olhos do imenso infinito e traz Oduduá, iluminado mito, unindo quatro elementos para dar forma e movimento a obra de Obatalá. Da vida em transformação, faz surgir o mundo, a África, a majestade viva, fervilhante dádiva, diva sob o sol dourado coroada de poder e nobreza, soberana mítica e mística altiva alteza, coberta pelo manto ébano da noite, na pele negra de seus filhos e com a cabeça erguida, ungida do axé dos orixás.

De acordo com a narrativa do enredo, sendo um efeito não programado da mesma disseminação, fundado nas bases rítmico-musicais percussivas e dramático-coreográficas afro-brasileiras, o evento cultural das escolas de samba não apenas resgataria suas origens ancestrais, mas confirmaria a inscrição dessa tradição no cenário das trocas simbólicas

modernas, perfazendo um traço fisionômico do contemporâneo. De volta ao texto da sinopse...

Hoje o samba vem mostrar seu legado e faz do pranto lembranças distantes, das lágrimas, pérolas e diamantes, do sofrimento e da resistência, o seu rico tesouro. Vem transformar o banzo, o sentimento acorrentado num elo forte de ouro, uma aliança com Aruanda, da trajetória dos tumbeiros, criar uma odisséia de bravura de quem venceu o inferno mar, na travessia da Calunga levar uma oferenda como quem se entrega ao destino no doce abraço de Iemanjá e no violento jogo do oceano, uma dança a cada onda, vislumbrando no horizonte a esperança de outra África por encontrar. (...). Abençoado se torne esse novo mundo, o grande reino de todas as Áfricas a desfilar seus cortejos, seus reinados e reisados, sob o céu protegido por Deus em seus diversos nomes. Que em seu solo venha brotar uma árvore vida, de raízes que se entrelacem e unam novamente suas partes, que a sua sombra abrigue a lembrança, como dança, que em sua volta bailem: Afoxés, Jongos, Maculelê e Caxambu, que a sua copa se torne a grande coroa da Congada e que seus ramos formem nações de frutos-reis e de flores-rainhas de livres e lindos Maracatus.

Sobressai como estratégia discursiva e semiótica, inerente ao enredo e à sua realização como performance carnavalesca, a evocação de uma África ancestral que, embora atravessada pelas vicissitudes históricas, recria-se, ao se ambientar nas terras americanas. Estando, sobretudo, manifesta na própria exuberância da cultura afro-brasileira, justamente, tendo um dos seus mais formidáveis e prestigiados ícones nas escolas de samba com o grande espetáculo que protagonizam. O evento festivo de proporções socioeconômicas e culturais exuberantes seria, assim, a apresentação de uma memória viva; igualmente, constituindo o fator por excelência de afirmação da imagem da população negro-mestiça diante do legado da escravidão, ou seja, humilhações, pobreza e sofrimentos de todas as ordens. Enfim, resgatar a majestade africana compreenderia refazer uma odisséia étnico-racial e, deste modo, devolver um passado como inspiração e parâmetro para o presente. A iniciativa prende-se, portanto, ao esforço reflexivo de refazer o traçado histórico, mas subordinando ao projeto de repor a

tradição africana no lugar de farol do cotidiano e hábil a ser atualizada na rotina das lutas e conquistas dos seus descendentes.

Poderíamos, portanto, estabelecer a conexão de sentido entre a proposta do enredo da escola Beija-Flor e as iniciativas hoje visando afirmar imagens identitárias de grupos estigmatizados, na contrapartida de esforços de correções de narrativas³. Atitudes que estão sintonizadas com os remanejamentos ocorridos nos modos de fazer política, sobretudo, deflagrados principalmente durante a década de 1970; nesses movimentos às respectivas tônicas identitárias estão na contrapartida do questionamento de certezas institucionalizadas com repercussões e acesso ao espaço público mediante os estoques de saberes modalizados nos discursos cotidianamente propalados. Assim, as propostas de re-africanização consistem em fenômeno essencialmente discursivo e reflexivo de combate às faces várias do racismo (Almeida, 2008: 08). Ancoradas no âmbito cultural, tais terapias discursivas têm por objeto os condicionantes às disposições para lembrar e esquecer. Em se tratando do continente americano, a re-africanização encontrou uma das suas manifestações nos esforços voltados a re-instaurar laços mnemônicos entre descendentes e as matrizes étnicas da África pré-escravidão, notadamente nos planos religioso e da cultura popular. No Brasil, os discursos da re-africanização adquiriram relevância desde a década de 1970, fazendo-se recorrente no Rio de Janeiro, principalmente, na cidade de Salvador. Sob a mesma atmosfera de forte crescimento econômico do país e da problematização das concepções unicistas de nação e culturas brasileiras, nas duas cidades o universo sociocultural da festa carnavalesca se constituiu como um importante espaço de disputa pelo direito à visibilidade de idéias e posturas. Nos rastros da descolonização em curso desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tratavam-se de posicionamentos estético-políticos cujo objetivo seria adicionar outra visão de África não subordinada ao imaginário da ex-

³ Nesse carnaval de 2007, a Beija-Flor não foi a única escola de samba a voltar-se à África. A Porto da Pedra, por conta da homenagem à África do Sul – país-sede da próxima Copa do Mundo de futebol – resgatou o recente passado desse país marcado pelo *apartheid*. Já a Acadêmicos do Salgueiro construiu uma narrativa audiovisual em torno das *Candaces*, isto é, rainhas negro-africanas que teriam imperado na região na fase anterior ao nascimento de Cristo.

pansão imperial européia. Ao mesmo tempo, incorporavam-se modelos tomados de empréstimo às atitudes de negros estadunidenses (como o *black is beautiful*), fortemente situados nas reverberações da cultura pop, à maneira da retórica estilística do *soul black*, da *dance music* e *reggae* jamaicano (Chambers, 1985: 139-174), mas localmente redefinidos (Risério, 1995). Dois exemplos são bem ilustrativos a respeito: a fundação, em 1973, tanto da escola de samba carioca Quilombo dos Palmares quanto do bloco baiano Ylê Aiê; ambos surgiram sob a égide do intuito de tomar a cena pública carnavalesca como formas de afirmação étnico-racial e, assim, de resistência à imposição de valores branco-ocidentais e burgueses (Guimarães, 1998: 78-135).

Em se tratando da Bahia houve maior fôlego da proposta da re-africanização, respaldando-se no aparecimento de outras entidades carnavalescas (Olodoum, Araketu, etc.), mas também na repercussão das alianças entre acadêmicos e elites das *babalórixas* do *candomblé*. Articulações com forte impacto no interior dos nichos estatais, contribuindo para um conjunto de medidas que farão das lembranças africanas parte da tradição e da moderna imagem da Bahia (Teles, 2005). Os caminhos da re-africanização no Rio de Janeiro também levaram aos cenários e personagens da música popular referenciada nas memórias e nas tramas simbólico-culturais negro-mestiças. Contudo, distinto da Bahia, o apelo à África pré-conquista européia não se fez acompanhar dos signos da cultura pop norte-americana. Enfatizaram-se, sim, as bases negro-africanas da brasilidade. Ou seja, o círculo de elite político-cultural que protagonizou o movimento⁴, naquele momento, se devotou a descortinar e fixar as raízes ancestrais africanas da musicalidade denominada samba; tratar-se-ia de um patrimônio étnico afro-brasileiro, portanto, deveriam estar os seus destinos e os resultados obtidos com

⁴ Entre os nomes que compuseram esse círculo está o de Nei Lopes. Compositor musical, ele tem se destacado como notável das culturas africanas na diáspora, aliando o esforço memorialista e etnográfico no resgate e tratamento das fontes dessas culturas na América, em especial no Brasil. Crítica do que seriam os efeitos eurocêtricos de embaçar as origens de práticas culturais e símbolos africanos, recentemente editou um romance focalizando justamente a região da Pequena África carioca, na virada do século XX. Na trama, o papel de protagonista das negras baianas – as “tias” migradas da Bahia – que estariam no núcleo da formação do samba carioca, seria também revelador a decisiva participação dessa região para o desenho da identidade carioca (Lopes, 2009).

a sua virtual comercialização de posse dos seus verdadeiros herdeiros. Vê-se, portanto, que o combate à dominação racial branca tonifica a marca étnica negra, mas não se abre mão do seu reconhecimento como parte da alma brasileira. Luta-se contra a espoliação e a apropriação indevida por indivíduos e grupos alheios ao seio originário do samba, em especial as escolas de samba que teriam sido seqüestradas pela classe média e pelas burguesias indiferentes aos fundamentos socioculturais daquelas entidades lúdico-carnavalescas, já que estariam interessadas apenas na mera e irresponsável diversão (Cerboncini, 2009: 12-15). Entretanto, mantém-se o empenho de integração à sociedade nacional, inclusive fazendo parte da expansão do mercado de produção e consumo ampliado de bens simbólicos que, àquela altura dos anos de 1970, alcançava marcas relevantes no país (Ortiz, 1988: 113-148).

Em se tratando dessa dinâmica da re-africanização no Rio de Janeiro, portanto, o mesmo sentido de integração socioeconômica compõe a figuração desta “cultura milenar afro-brasileira”, abrigada seja nas favelas espalhadas nos morros ou nas franjas periféricas, mas que teria tomado de assalto a cidade e o país inteiro, isto, com sua criativa expressividade lúdico-artística. O “canto negro” referido a uma mítica Mãe África e às clivagens provocadas pela diáspora impulsionada pela instituição da escravidão se constituem, simultaneamente, em um signo de reconhecimento étnico-identitário e mercadoria. Esta conclusão parcial exige desdobramentos acerca de como encarar sociologicamente o enlace do “mundo do samba” com a dinâmica da industrialização do simbólico.

A esse respeito, é preciso lembrar que as experiências carioca e baiana relatadas não são isoladas. Ao contrário, os fenômenos de re-traditionalização constituem um traço marcante do contemporâneo, em que se destacam os movimentos e estratégias devotadas à correção de narrativas históricas e dos quadros sócio-cognitivos de classificação por grupos cujas identidades e estimas foram maculadas ao serem posicionados como de povos parias na condição moderna. Movimentos que compõem o panorama multicultural da globalidade. Ao mesmo tempo, a atualidades desses fenômenos dizem respeito ao fato de, majoritariamente, integrarem-se à dinâmica daquilo denominado de “cultura” e “indústria” da memória por Andréas Huyssen (Huyssen, 2000: 09-40). Isto, na medida em que aliam mercantificação e evocação

de identidades em contextos notabilizados pelo incremento da visibilidade mediante os aparatos tecnológicos da informação-comunicação (Pereira & Herschmann, 2005). Nesse sentido, não deve causar estranheza a proximidade entre o projeto estético-político de re-africanização do grupo responsável pela escola de samba Quilombo dos Palmares, durante os anos de 1979, e a proposta de enredo da escola de samba Beija-Flor, realizada em 2007. É verdade que os sambistas quilombolas denunciavam, exatamente, o espetáculo dos grandes desfiles carnavalescos no Rio de Janeiro, com toda sorte de expropriação econômica e mutilação cultural que representaria para a cultura afro-brasileira. Negaram mesmo a participação da entidade que comandavam no concurso oficial das escolas samba. Por sua vez, diretamente vinculada aos esquemas mercantis e monetários do entretenimento-turismo e das mídias, a Beija-Flor fez um resgate historicista e romântico da mesma Mãe África, pré-capitalista e pré-tecnológica, a qual é exaltada como berço da humanidade no samba-enredo Ao Povo em Forma de Arte, cantado pela escola Quilombo em 1978. A nosso ver, entretanto, a continuidade estabelecida entre ambos os momentos se deve à presença da mesma narrativa mítica acerca da africanidade que estaria na base dos símbolos e das práticas lúdico-artísticas, apesar de todas as contradições sócio-históricas entre os elementos que seriam seus representantes. Contudo esta fonte mítica não necessariamente remete ao Velho continente, mas sim a região do sítio urbano do Rio de Janeiro referida como o lugar próprio à guarda e recriação da África por suas diversas descendências na cidade. Uma vez mais, recorreremos à sinopse do enredo da escola de samba Beija-Flor:

(...) E pousa enfim de seu vôo, minha escola majestosa, nesta “África Pequena” que a gente do Rio resolveu assim batizar. Terra dos “Zungus”, do “Rei das Ruas”, do “Príncipe Negro”, Dom Obá. Oh! Cidade Maravilhosa, do Samba, da “Rainha Ciata” e dos bambas, de tantas Àfricas a reinar. Receba, assim, Mãe soberana, a reverência de todos os súditos dessa Corte Brasileira e permita que a mais bela entre todas as

Áfricas de Samba, a Princesa Nilopolitana, como Beija-Flor te beijar.⁵

A Pequena África (Moura, 1988) assinalada diria respeito a um território a um só tempo histórico e mítico enraizado na história mesma dos africanos na cidade. Histórico, principalmente, a partir das atividades do tráfico escravagista no antigo porto e mercado do Valongo – entrada principal de escravos para as Minas Gerais, ao longo do ciclo do ouro⁶. Seria mítico na medida em que o enunciado de um torrão africano em solo carioca vai à contramão da existência na mesma área de grupos heterogêneos entre si, do ponto de vista étnico, embora a região tenha abrigado, cada vez mais, africanos e seus descendentes. A chamada Pequena África se estendeu da zona portuária litorânea do Saco da Gamboa e da Saúde até aos entornos da célebre Praça XI de Novembro, no centro da então capital brasileira, incluindo aí os morros do Santo Cristo, Pedra do Sal, Providência, do Pinto, de São Carlos e tantos outros. Os trânsitos vários compuseram uma ecologia urbana tendo por emblema as expressões que encontraram na rítmica e na coreografia do samba um suporte formidável, em especial a partir da passagem do século XIX para o XX. Um panteão de figuras da cultura popular musical brasileira se formou na confluência de moradores famosos como Tia Ciata, João da Baiana, Donga, Ismael Silva e bem mais outros célebres nomes do samba carioca. Próxima da zona industrial têxtil e de bebidas, das gráficas e de espaços de diversão, a Pequena África atraiu e canalizou pessoas de partes variadas do país. Além, ainda, de ser o berço de atitudes e formatos organizacionais de apresentação pública como as próprias escolas de samba, se as entendermos como um meio de ocupação civil da arena de visibilidade urbana constituída pelo carnaval de rua por membros de uma população recém inserida no regime do trabalho livre e da autonomia jurídica.

⁵ Fonte: Sinopse do enredo *AFRICAS: Do Berço Real a Corte Brasileira*, In: Comissão de Carnaval Beija-Flor – 2007 (Alexandre Louzada, Fran Sérgio, Laíla, Shangai & Ubiratan Silva).

⁶ Expoente nas rotas do Atlântico Sul compondo o ultramarino português nos séculos XVIII e XIX, o porto do Rio de Janeiro também se consagrou pela prestação de serviços a um raio bem considerável de regiões internas ao espaço do Brasil colonial, em especial às áreas sudeste e sul. Importante escoadouro de açúcar e ouro, o porto se inseriu nos trânsitos afro-americanos impulsionados pelo tráfico de escravos. Entre 1736 e 1810, ali desembarcaram 578.759 africanos escravizados, perfazendo uma média anual de 7.717 (Santos, 1993: 154-164).

No entanto, disposta na área periférica do centro da cidade, ou seja, fora do núcleo financeiro e comercial, e mais tarde recortada, primeiro, pelos trilhos da linha férrea e depois com a abertura das pistas das respectivas avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Presidente Vargas, entre as décadas de 1900 e 1940, a Pequena África se viu desmembrada. Daí em diante, algumas entre as suas partes conheceram certo isolamento. Em se tratando da região que consiste hoje na primeira região administrativa – Portuária – do município do Rio de Janeiro⁷, composta pelos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju, a mesma tendência de isolamento se manifesta, principalmente, à medida que a Praça Mauá perdeu prestígio seja pelo encolhimento das empresas de setor de comunicação social, ali, instaladas (Diários Associados e Rádio Nacional) seja pelo decréscimo das atividades portuárias e também devido ao vetor da ocupação urbana rumar cada vez para o Sul e o Oeste da cidade, à medida que se verifica o declínio econômico de muitas das atividades ali realizadas (Duarte, 2005: 05), resumindo-se numa espécie de corredor ao tráfico pesado de mercadorias e pessoas, ladeado por uma zona de obsolescência, no que concerne ao status conferindo às edificações e muitos dos seus ocupantes.

Ainda na década de 1980, contudo, deslocou-se para a região da Cidade Nova a parte majoritária do poder público municipal, por conta do imperativo de re-escalonar a distribuição de recursos e pessoas na cidade. Em 1984, por decisão do então governador Leonel Brizola, a Rua Marquês de Sapucaí passara a sediar a passarela do samba, construção desenhada por Oscar Niemayer. Um pouco depois, as atenções se voltaram para a velha Praça XI, na época, apenas um vazio ocupado sazonalmente por companhias circenses. A transformação em um local de lazer popular, voltado para apresentações de samba – durante o carnaval –, ocorreu em momento contíguo à construção do memorial em homenagem a Zumbi dos Palmares⁸, herói negro do período colonial. Os projetos assinalados não se deram no vácuo, mas acompanharam ten-

⁷ A cidade do Rio de Janeiro se divide em 33 regiões metropolitanas dispostas por 159 bairros, abrigando um total de 5.857.904 habitantes (Fonte: Censo/IBGE-2000).

⁸ Vale lembrar ser o Rio de Janeiro o único estado da federação em que a data comemorativa do dia da consciência negra constitui um feriado; data que é a mesma do nascimento de Zumbi de Palmares.

tativas casadas do ordenamento público estatal e da iniciativa privada com resultados desiguais de redirecionar e re-qualificar áreas do centro da cidade. Projetos de tratamento paisagístico-arquitetônico foram sintonizados ao incremento de atividades de prestação de serviços, entre as quais aquelas inseridas nas cadeias integrando produção e consumo culturais – voltaremos a este aspecto no próximo item.

É na esteira da importância da economia simbólica na receita da cidade e do Estado que, em meio às celeumas envolvendo a construção do Museu Guggenheim, na região do cais do porto, veio à tona igualmente o projeto de, enfim, erguer um espaço fixo onde as principais escolas pudessem fixar os seus barracões⁹. Tal inserção nas prioridades do poder público carioca, a princípio, soa à maneira de uma compensação e também uma estratégia de lidar com as pressões contrárias a vinda do museu. Se houve o malogro dessa última proposta, porém, em setembro de 2005 era inaugurado o complexo da Cidade do Samba, na região da Gamboa. Episódio relatado no site da Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA)¹⁰ como a realização, na construção das “modernas fábricas de carnaval”, dos sonhos dos heróis da epopéia do samba carioca e isso justificaria a mistura entre sagrado e profano no encontro de preces com pagodes para louvar a inauguração:

Os dias **17 e 18 de setembro de 2005** ficarão guardados para sempre no coração do sambista. Um sonho de mais de meio século se transformou em realidade: sob uma chuva fina que caía em toda a Região Metropolitana, as 14 Escolas de Samba do Grupo Especial deixaram seus antigos barracões, espalhados ao longo da Zona Portuária, para ocupar as modernas fábricas de carnaval recém-construídas na Cidade do Samba. Agora, além de co-irmãs, elas são vizinhas e moram todas no mesmo endereço: na rua Rivadávia Correa no 60, Gamboa, Rio de Janeiro – CEP 20.220-290. Este é o espaço definitivo do samba, um sonho sonhado por idealistas como Paulo da Portela, Cartola e Ismael Silva desde a década de 30. No início da tarde do dia

9 Prédios destinados ao fabrico de alegorias e adereços utilizados durante dos desfiles carnavalescos.

10 Entidade civil autorizada a cuidar dos destinos do Desfile das Escolas de Samba, representando as suas filiadas junto ao poder público e às outras instâncias do mercado.

17, quando o chassis do abre-alas da Beija-Flor apontou no início da Avenida Principal, não havia locutor, nem o público participante do Setor 1 para animar a festa. A “cerimônia” aconteceu de improviso. De mãos dadas, os presidentes de todas as agremiações avançaram, formando uma comissão de frente que evoluía silenciosa, emocionada, em direção ao futuro. Uns aplaudiram, outros gritaram, outros choraram. Na outra extremidade da Avenida e da Cidade, no alto do Corcovado, a imagem do Cristo Redentor emergiu por entre as nuvens, de braços abertos, abençoando não uma solenidade, mas uma conquista. No centro da praça – ainda em obras –, explodiu o foguetório. É assim que o mundo do samba aprendeu a festejar. Desde então, um desfile de chassis ultra-equipados e carcaças de antigos carnavais tomou conta das ruas principais da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, bairros que se reencontram com a História do Rio. Anunciados por batedores e carros da Polícia, os carros alegóricos deixavam os barracões para o passado e avançavam na direção do mais novo distrito industrial e centro de atração turística da cidade. No topo das ferragens, sambistas anônimos viveram a glória dos destaques, anunciando, lá de cima, que o samba sofreu, cresceu, se organizou e, finalmente, caminhava para ocupar o seu espaço definitivo. À frente do cordão, o presidente da LIESA, Ailton Guimarães Jorge, e o presidente do Conselho Deliberativo da Liga, Aniz Abrahão David, comandavam a cadência: harmônica, uníssona, uniforme – como deve ser o bom desfile. Nas preces, nos pagodes marcados na palma da mão, nas lágrimas silenciosas, no mais inflamado discurso, o mesmo agradecimento: as Escolas de Samba do Rio de Janeiro serão eternamente reconhecidas ao prefeito César Maia e estarão sempre a seu lado. Honrando o jeito carioca de ser e de dizer que o Rio de Janeiro continua lindo. Agora, mais do que nunca. (em negrito no original)¹¹.

De acordo ainda com o site da Liesa, toda a área ocupada pela Cidade do Samba corresponde a um núcleo pulsante da cultura popular bra-

11 Este e os demais trechos e imagens constam da página do site da Liesa – Disponível em www.liesa.com.br, em novembro de 2005.

sileira, em que a “magia” do carnaval pode ser desfrutada no decorrer de todo o ano, durante shows protagonizados por integrantes das escolas de samba. Carisma lúdico-artístico popular igualmente acessível nas visitas aos barracões de cada agremiação (durante o labor anual de preparar o próximo carnaval) e ao espaço dedicado à exposição permanente de carros alegóricos e fantasias utilizadas nos desfiles já realizados. Sublinha a redação: os serviços são obedientes aos critérios do conforto e da segurança no atendimento do seu público-cliente, em sintonia com a vocação de entretenimento-turismo atribuída ao lugar:

Um convite ao “Reino da Fantasia”

O Projeto Cidade do Samba é um espetáculo tipo exportação do que há de melhor na cultura popular brasileira. Começa na improvisação nata do sambista e vai até a tecnologia que transforma os barracões em criativos estúdios. Os shows são realizados sob uma tenda de 2.550 m2, oferecendo conforto para o público. O espaço tem capacidade para abrigar até duas mil pessoas, em mesas e cadeiras. Ali também estão instalados bares e banheiros.

Carnaval o ano inteiro!!! Vista a fantasia, caia na folia e desfile num sonho real!

Com ajuda da Prefeitura do Rio de Janeiro, que construiu o maior complexo de arte e entretenimento do país, as Escolas de Samba já podem mostrar o making-of do melhor espetáculo do planeta. Situada na Zona Portuária, a Cidade do Samba reúne os centros de produção de carros alegóricos e fantasias das maiores Escolas de Samba do Brasil. Este complexo de arte popular e entretenimento foi planejado para que o visitante sinta as emoções do Carnaval durante os 365 dias do ano, vivendo a magia da festa que transforma o Rio de Janeiro na capital mundial da alegria. Veja de perto como são construídos os carros alegóricos, a produção das fantasias e saiba como são preparados os instrumentos de percussão que animam o ziriguidum. Assista

a um grande espetáculo de música brasileira, montado com sambas conhecidos internacionalmente. Vibre com a ginga das mulatas, das baianas e a dança de mestres-salas e portas-bandeiras! Após o show, vista uma fantasia e vá atrás da bateria. Participe de um desfile inesquecível, como se estivesse no Sambódromo! Guarde uma lembrança de momentos que ficarão para sempre em seu coração.

A qualificação das imagens e textos do site da LIESA como corpus analítico se justifica ao se tratar de um importante componente na formação da opinião e, por isso mesmo, compreender uma fonte heurística. Heurística porque sintetiza, a nosso ver, elementos discursivos engajados à concatenação de interesses materiais e ideais dos grupos diretamente enlaçados pela mobilização das lembranças africanas na re-configuração daquela área para fins de exploração turística e de diversão. Nesta trilha, anotamos que o tom de celebração é mantido ao longo da página da LIESA e encontra seu epicentro no retorno à localização da Cidade do Samba em uma região da cidade do Rio de Janeiro notória pelos vínculos históricos com os africanos e com a escravidão. Evocado como o “território sagrado do samba”, a sofisticação do espaço-espetáculo transpassado e dinamizado pelos fluxos turísticos e tecnológicos é interseccionada, assim, às fontes da cultura popular musical do samba carioca. Episódios tristes ou pitorescos, trajetos, personagens e edificações como o mercado do Valongo são lembrados e incluídos na narrativa em que algumas das pinturas do pintor francês oitocentista Debret sobre a cena diária dos escravos e fotos do casario do Morro da Pedra do Sal e da antiga Casa de Engorda compõem uma mesma narrativa. Trataria esta da história estendida da África pré-diáspora à reposição da sua gente e recriações possíveis das suas lembranças em solo carioca; reposição inclusive nos desempenhos das escolas de samba:

O Território Sagrado do Samba

Quase a metade dos dez milhões de cativos retirados do continente africano entre 1500 e 1850 veio parar no Brasil. A

descoberta de ouro e diamantes nas Minas Gerais provocou uma demanda sem precedentes de escravos, transformando o porto do Rio de Janeiro num entreposto estratégico. O principal local de desembarque e comércio de negros era na atual Praça Quinze e seus arredores. O crescimento do tráfico e a presença maciça de cativos incomodavam à burguesia lusitana, que pressionou o Marquês do Lavradio a bani-los dali. Por volta de 1770, cansado de ouvir reclamações, o Marquês decidiu transferir o mercado de escravos para a região do Valongo, até então ocupada por chácaras e hortas. A mudança introduziu uma série de novas atividades na região. Foram instalados mercados, trapiches (armazéns de mercadorias importadas, incluindo escravos) e manufaturas (trabalhos feitos à mão). As chácaras foram loteadas, os pântanos aterrados e, em pouco tempo, toda aquela área, hoje compreendida pelos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, foi integrada à malha urbana da cidade. A Cidade do Samba está situada no coração da Gamboa. Por doença ou inanição, muitos escravos morriam na viagem entre a África e o Brasil e seus corpos eram atirados ao mar. Outros, morriam pouco depois do desembarque e eram enterrados nos pátios das igrejas ou, simplesmente, abandonados nas praias e nas ruas. Os que sobreviviam eram banhados, vestidos e conduzidos à Casa de Engorda, onde eram alimentados. Aparentemente refeitos e com outra disposição, eram vendidos no Mercado do Valongo, que ficava nas imediações da atual rua Sacadura Cabral. Nos dias entre a chegada e a partida para o trabalho forçado nas minas e nas lavouras, os negros batucavam e cantavam para matar um pouco da saudade da terra natal – para onde, certamente, nunca mais voltariam. Nas proximidades do Valongo nasceram as primeiras rodas de samba. Recentemente, diversas ossadas de escravos foram encontradas em ruas vizinhas à Cidade do Samba, como é o caso da Rua Pedro Ernesto, onde a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tombou o sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, expressão que designava os nativos recém-desembarcados. Com a instalação da Cidade do Samba, os tambores voltaram a rufar. O triângulo formado por Saúde, Santo Cristo e Gamboa concentra grande tradição da cultura popular da Cidade, notadamente de per-

sonagens e entidades ligadas ao Carnaval Carioca. Nas escadarias da Pedra do Sal, proximidades da Praça Mauá, baluartes como Donga e João da Baiana promoviam animadas rodas de samba. Passar por ali era caminho obrigatório daqueles que se destinavam aos batuques na casa da Tia Ciata, na Praça Onze, a antiga Pequena África do Rio. Hilário Jovino Ferreira sedimentou a tradição dos clubes de rancho – que, futuramente, seriam copiados em sua estrutura de desfile pelas Escolas de Samba. Fundada por estivadores, a Vizinha Faladeira é uma das agremiações mais antigas da Cidade e está lá até hoje.

Enfim, ao se colocar em marcha, a atual re-qualificação urbana da região onde se aninha a Pequena África carioca desvela a aliança entre as lembranças do sofrimento e da dor relativas à escravidão dos africanos (durante a era colonial) com a implantação de um núcleo de produção e consumo de sensações de prazer e alegria no do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, dialoga-se com o fluxo informacional de imagens.

Certamente, tais faces contracenam com os percursos da sociedade-nação do Brasil, ao longo do século XX. Período este em que ocorre a alquimia ideológica entre os discursos comprometidos com o ideário nacional e os movimentos e processos culturais pelos quais se internalizaram práticas e símbolos referidos à descendência africana nos quadros da cultura artística popular e esta, no escopo da cultura brasileira. Podemos dizer, então: fruto das vicissitudes do comércio escravo, o território mítico-geográfico da Pequena África não apenas testemunha; secreta nos seus cenários as tramas intergeracionais daqueles indivíduos e grupos que ali ativaram laços intersubjetivos em que se forjou a metamorfose de modos de fazer e modos de viver na cultura artístico-musical percussiva do samba (Farias, 1999: 177-238). E esta se firmou, com o respaldo da áurea de símbolo nacional, parte da triangulação de industrialização do simbólico no nexo com a indústria fonográfica nascente e, ainda, com o despontar do sistema radiofônico. No encontro, esses mesmos elementos lúdico-artísticos se sedimentaram como parte da materialidade cidadina, compondo a arquitetura gnosiológica e normativa apta a classificar e informar gostos e disposições de fruir e também se impor à maneira de regra a ser observada quando da pretensão em se tornar produtor cultural (Farias, 2003: 200-203).

O desenrolar de gerações, naquela região da cidade, tramou um sentido para as vivências em convivência de agentes em torno dos sentidos obtidos a partir da junção de elementos de percussão, do canto e da dança re-elaborados na experiência colonial e imperial brasileira. A recursividade das práticas realizadas se definiu e difundiu na condição de hábitos mentais de orientação das condutas. Isto, na medida mesma em que, ao se constituírem, eram distribuídas posições interrelacionadas conformando um espaço social movido pela tensão em manter a implicação e o reconhecimento mútuos entre aqueles que engendraram um ponto comum no encontro de interesses e ideários, mas diferenciado e com certa autonomia de outras instâncias da vida cotidiana. Justamente, o mundo do samba. Mundo como algo fenomenologicamente palpável sobre e no qual a coexistência de determinadas certezas permite o prosseguimento das atitudes que, assim, dão continuidade à existência desse palco; igualmente, mundo enquanto um cosmo, um universo simbólico, cujas regras plasmam objetos de natureza lúdico-artística musical percussiva, dotados dos modos de aplicação, uso e de atuação sobre e com eles, no instante mesmo em que os descreve, designando suas funções e prescrevendo os limites das atividades nas quais têm relevância. A transmissão e o aprendizado mimético desses saberes enquanto regras incorporadas são critérios imprescindíveis à continuidade dessa forma de vida que é o mundo do samba, pois estão na base dos acordos tácitos à realização da sucessão de lances pelos quais os diversos reconhecimentos viabilizam o acontecer em sua diferencialidade lúdico-artística. Mas, simultaneamente, enquanto forma de vida normativa e significativa, a seqüência inteligível e afetiva do mundo do samba é possível pela recorrência dos encontros originando espaços precários e passageiros de visibilização, durante as conversações, na coreografia dos gestos, na propagação diluída das opiniões que não simplesmente acionam sentidos; antes, os tecem nas linguagens e atividades que as entrelaçam. O fazer música e os jogos, os meneios corporais e as picardias, as concentrações percussivas e a dispersão em nome do prazer gustativo proporcionado pela bebida e pela comida, mesmo as insinuações sexuais. Oportunidades surgiam em rodas de batucada armadas nos terreiros a princípio devotados aos cultos religiosos ou mesmo nos cômodos das casas, em meio a cele-

brações de aniversários, casamentos e até funerais. Para além do universo doméstico e privado, as ocasiões festivas consagrados aos santos católicos ou à mudanidade do carnaval, realizadas nas ruas, praças e largos, em muito foram apropriadas para fins lúdicos diversionais animados pelas canções e gingas sambísticas. Mais tarde, tomaram-se as dependências de bares e botequins (Tinhorão, 1998: 263-288). Desde aí avançou para além dos limites da Pequena África, indo a outras áreas da cidade, mesmo do país.

Potencializado a cada uma dessas situações, contudo, no andamento histórico em que fomentou as tantas circunstâncias, o estatuto de pertencimento à cultura negro-mestiça brasileira a um só tempo reforçou a divisão entre bens populares de prestígio e vulgares e, assim, estabeleceu os limites do reconhecimento do artista legítimo, ao ser o depositário da tradição afro-brasileira. E será esta narrativa fundamental tanto para se realizar estratégias de ingresso por parte de agentes e entes institucionais no cômputo das prestações mercantis de serviços culturais quanto na eleição daquela faixa da cidade para fins de usos monetários de produção e consumo culturais. Ao mesmo tempo, a mesma marcha de re-qualificação urbana deixa entrever – até mesmo pelo sentido da sua realização – o quanto o prestígio adquirido pelo “canto negro”, incluindo a longevidade da sua ocorrência, esteve em sintonia com outras confluências não restrita ao mundo do samba. Afinal, no mesmo diapasão sócio-histórico, iguais símbolos e práticas passaram a alvos das investidas do poder público e da iniciativa empresarial voltadas para o setor turismo e de diversão, na esteira do modo como o dueto sistêmico mercado e Estado incidiu na formatação do samba como bem cultural (Tinhorão, 1981 e 1997; Vianna, 1997; Sandroni, 2001).

Uma conclusão primeira que podemos tirar neste percurso é sobre a centralidade do mito da Pequena África, pois em torno dele gravitam agências e recursos estruturais decisivos à ocupação das posições de prestígio nessa geometria das relações sociais e espaciais. Mito no que diz respeito a um feixe de narrativas sobre o vivido mas capaz, por sua vez, de engendrá-lo. Isto, mediante representações dispostas em gêneros culturais e suportes comunicativos os mais diversos que constituem o discurso público e, dessa maneira, fazem circular saberes os quais se decalam nos copos modulando pulsões, dese-

nhando afetos e, logo, dando contornos a estimas. As experiências são, portanto, efeitos das continuadas exteriorizações e interiorizações desenroladas nesse movimento em que se cruzam biografias e trajetos institucionais. Assim, a narrativa mítica da Pequena África em sua condição de discurso auto-referente¹², costura, aproximando o que na realização das experiências está disperso ou mesmo é contraditório, dispare, entre si. Mas as experiências afetivo-simbólicas não apenas executam o texto mítico; o atualizam nas circunstâncias onde outras narrativas e fatores ambientais diversos e concorrentes pressionam sua potencialidade de significar.

Com isso, na seqüência, interessa apreender como a tematização pelas lembranças africanas no zoneamento em curso nesse nicho do contexto urbano carioca se dá em sintonia com os usos para finalidades de consumo cultural de largas faixas do centro da cidade, mas considerando a antecedência aí alcançada por identidade, memória e commodificação. A tônica analítica e interpretativa cairá em observar as interferências diretas ou indiretas nessa redefinição ambiental de mediações afetivas e étnico-políticas.

Espaço-imagem, espaço-paisagem

Frente ao problema relativo à redefinição na ecologia citadina do Rio de Janeiro, em que se dá a tematização para fins de consumo cultural da região conhecida como a Pequena África, da perspectiva estritamente analítica, diríamos que dois eixos de condicionamento se encontram

12 Valemo-nos, aqui, a princípio, do projeto de Roland Barthes (1989) de submeter todos os sistemas significantes ao modelo da linguagem verbal. Investido desta prerrogativa, Barthes retoma os fatos concretos da vida diária com o objetivo teórico de desconstruir as máscaras e atingir o modo de funcionamento do mito na modernidade, isto de acordo com o programa de uma semiologia global, realizado em duas metas, a saber, “de um lado, esboçar uma teoria geral da pesquisa semiológica, de outro elaborar semióticas particulares, aplicadas a objetos, a domínios circunscritos (o vestuário, a alimentação, a cidade, a narrativa)”. O formalismo interno a esse raciocínio ao se destacar a semiologia como uma doutrina geral dos signos e, em detrimento dos conteúdos, apreender e ressaltar a lógica das formas, ao destacar na introdução de *Mitologias* que o “mito é linguagem”. Mas, em sintonia também com o primado de Lévi-Strauss em *Antropologia Estrutural*, o escopo do livro é a assertiva de que o “mito é uma fala”, logo apto ao esvaziamento do real e da história, em suas respectivas contradições, na sua natureza auto-referente.

intrínsecos ao espaço como meio de categorização das relações sociais; espaço conceituado pela ingerência da memória nos sentidos, os quais estariam a princípio dispersos nos estímulos táteis, visuais, sonoros, olfativos e gustativos. De um lado, teríamos o lugar-paisagem, correspondendo às camadas de uma longa duração que trata da genealogia da ocupação de específica área, inclusive delineando-a como palpável e legível. Mas, também, relativo às densidades figuradas nas texturas das edificações e logradouros, enfim, dos patrimônios que catalisam afetos e estimas e, logo, promovem identidades individuais e coletivas. Aí aonde as continuidades e rupturas, os recuos e resíduos se fazem recursivos nos imaginários e em outras representações encerradas nas referências àquela localidade, transformando-o em um nicho denso de sentidos, um mundo na perspectiva fenomenológica. Isto é, no movimento mesmo em que a paisagem urbana secreta e, por outro lado, expressa a trama de envolvimento entre corpos plasmada na face tátil do visível e também nos sons, gostos e cheiros (Ingold, 2000).

De outro, sobressai o lugar-imagem com suas vibrações cromáticas e intensidades perceptivas codificadas em um circuito cosmopolita, o qual está na contrapartida dos trânsitos com os fatores que institucionalizam – para falar como Giddens – a ausência como uma característica da modernidade. Quer dizer, a tipificação ideal desses espaços corresponderia ao andamento do aumento generalizado da condição moderna, em especial à maneira como a última impõe ao juízo a vicissitude inerente ao aumento do conhecimento, isto é, na maneira como o risco se torna fonte de incerteza e ao mesmo tempo meio para manter o futuro sobre controle. Com isto, devido ao exercício do controle mediante a reflexividade sobre a experiência pessoal, estendendo-se sobre os quadros institucionais, configurando uma atmosfera aos experimentos (Giddens, 2001: 47-60), sedimenta-se a condição aberta à intervenção dos sistemas de especialistas calcados nas tecnologias informacionais que operacionalizam a transformação das coisas e fatos em imagens sonoras, visuais e audiovisuais. Isto é, capacitando-as a tornarem-se fatores de comunicação e habilitadas em compor os processamentos globais de mensagens. Assim, o lugar-imagem é uma das manifestações da ausência institucional. Afinal, no instante que esta última é igualmente incrementada, sabemos, pelo advento dos transportes mecanizados que nos últimos séculos, na

esteira de estabelecerem rotas e encurtarem distâncias, potencializam a ressemantização de alteridades e a resignificação dos domínios de memória, segundo um diapasão em que ambos habilitam-se a revolver permanentemente a medula das camadas que compõe a historicidade longa dos lugares. Agora, esta subsidia a composição de imagens visuais, sonoras e audiovisuais percorrendo outras regiões planetárias, por diferentes suportes de mídia e canais institucionais.

No caso da recente experiência de re-qualificação da região portuária do Rio, amalgamada pelo mito da Pequena África carioca, os esforços estiveram de acordo com a tendência de ampliação do montante de recursos financeiros e humanos empregados no setor da economia cultural no Estado do Rio de Janeiro. Nessa unidade da federação, em números, os setores do audiovisual, as indústrias fonográfica, gráfica e editorial, juntamente com os setores de hotelaria e consumo de bebidas e alimentos vinculados com a organização de eventos e turismo, e ainda do setor de comunicação, representam 18,6% do produto interno bruto (Prestes Filho, 2002). Sobretudo no tocante à sua capital, cabe sublinhar que o Rio de Janeiro compõe a malha urbana em que se concentram 42% do produto interno do país, abarcando a parte mais significativa em termos de indústria e serviços na América do Sul. Parte de tal emaranhado, o complexo fabril e a rede de prestação de serviços coaguladas na Cidade do Samba se definem, portanto, um sintoma e também um componente da passagem decisiva à materialização da economia simbólica intrinca da às tecnologias de comunicação e aos mecanismos financeiros e imobiliários da economia-mundo capitalista. Sem dúvida se trata de um rebatimento mercantil sobre o lugar-paisagem, deixando suas marcas nas dimensões geográficas e arquitetônicas e igualmente na resignificação do patrimônio étnico-histórico composto de expressões em que se atualizam memórias coletivas locais. As expressões já dispostas como formas de conhecimento passíveis de se darem à exposição são ali re-processadas em imagens que podem servir a catálogos de distintos suportes (Castells, 1999a), por intermédio da extensa e diferenciada divisão social do trabalho, a qual conjuga o juridicamente formal ao informal nos sistemas de práticas e dos processos de trabalho. Desse modo, constitui-se um amplo circuito composto de shows em casas de espetáculos, CDs, DVs, transmissões televisuais e informáticas, material

publicitário e jornalístico de divulgação turística e, principalmente, a apresentação durante a festa-evento carnavalesco na Passarela do Samba (o Sambódromo)¹³.

A penetração do lugar-paisagem pelo fluir sucessivo dos dispositivos referentes ao lugar-imagem com sua vinculação à ausência estrutural da modernidade torna os sentidos do lugar em obediência aos efeitos de significação dispostos nas conjunturas históricas em que se ajustam ou conflitam interesses materiais e ideários. A referência ao território de uma africanidade carioca, assim, hoje, não se dissocia do fulgor de uma estética da sensação. Sob esse ponto de vista, para essa estética importa menos a alteridade e o exótico; o fator de relevo é a conexão do erótico com o cálculo, casando excesso (dispêndio) próprio às diversidades étnico-históricas com a codificação orientada pela ordem numérica do dinheiro com o seu imperativo de equivalência e a estilização própria aos textos das mídias impressas visuais e das audiovisuais. Na junção de ambos, um problema que se abre aos estudos sócio-antropológicos sobre os usos diz respeito à maneira de como tratar os temas do interesse material-instrumental e do reconhecimento, sobretudo no tocante à produção e consumo de bens simbólicos.

No entanto, diante da mesma trama aqui enfocada em que se realiza seletivamente a reposição de lembranças africanas, talvez, possamos falar do espaço rugoso das experiências como um a priori social às condutas. Isto, no instante em que os usos consumeristas do lugar estão condicionados pela historicidade, constringendo o alcance possível das significações. Em outros termos, a diáspora negra promovida pela escravização e as vicissitudes desta no fomento de uma cultura popular urbana modelam aquela área da cidade, delimitam a extensão hermenêutica dos recursos simbólicos canalizados na sua afirmação como atração turística e, ainda, bem cultural disputado na arena dos negócios do entretenimento. Assim, o lugar-paisagem emoldura e designa em parte os usos possíveis das diversas aspirações de fruição e prazer por parte dos consumidores naquele zoneamento lúdico do domínio da diversão no lugar-imagem. Deste modo, não nos parece oportuno

¹³ Em outro momento propomos uma interpretação analítico-sociológica do mapeamento histórico-empírico desta configuração (Farias, 2006: 315-426).

supor um e outro eixo de determinação como externos entre si, mas reconhecê-los enquanto mutuamente estruturantes das experiências.

Neste sentido, importa olhar à dinâmica sócio-histórica que se desenrola na região portuária do Rio de Janeiro, agora, porém, considerando como as dimensões institucionais e sistêmicas relativas ao dueto Estado e mercado capitalista se cruzam com os planos simbólico-afetivos das identidades pessoais e de grupos no acento conferido à questão da memória urbana.

Deste modo, a princípio, cabe retomar a inserção das graduais alterações a que vem conhecendo à região portuária em processos mais abrangentes ora em curso na área central do Rio de Janeiro, desde a década de 1980 (Maia, 2006: 62-80; Bautés, 2006: 172-170). Processos em que a requalificação de faixas desta parte do contexto urbano carioca obedece a critérios comprometidos com a implantação e/ou o aprofundamento de suas funções de lazer, diversão e consumo cultural. A face manifesta dessas tendências é a tematização dos lugares na contrapartida do desenho de um mapa geocultural em que se destacada a região da Lapa e, no seu caudal, outras áreas – à maneira da “nova” Pequena África; fatias do centro carioca que estão dispostas no entorno da trama de vias e edificações em que se concentram as atividades de negócios. Nota-se nessa tematização a antecedência da tipificação vinculada à semântica festivo-mundana do carnaval e da sintaxe da música popular. Em razão do andamento mais adiantado dessa tematização na região da Lapa, irei tomá-la inicialmente como um caso heurístico.

A região circundante aos arcos construídos no século XVII, com o propósito de servir como aqueduto (Raminelli, 2002), até o final do século XIX abrigou a moradia de segmentos abastados e também do comércio voltado a esses usuários, os quais foram aos poucos se deslocando para outras áreas da cidade com a expansão e complexificação do tecido urbano e da divisão social do trabalho, redefinindo-se toda a estratificação sócio-espacial. Na mesma medida, o conjunto de ruas e prédios ali existentes passara a sediar clubes, bordéis, cabarés e botequins onde irão conviver prostitutas, intelectuais, malandros, travestis e artistas, ao lado de expressivo contingente de moradores de baixa renda, com laços precários de trabalho e muitos se tornarem alvos de estigmatização em razão de portarem determinados traços étnico-racial

(negros, mestiços), e/ou regional (migrantes nordestinos) e/ou sexual (homossexuais) (Siqueia, 2008). Convívio de grupos heterogêneo entre si este que parece ter alcançado seu apogeu nas primeiras décadas do século XX, quando se sagrou a Lapa o reduto boêmio por excelência da noite carioca, recepcionando nomes notáveis da cultura brasileira – o maestro Heitor Villa-Lobos, o poeta Manuel Bandeira, o pintor Di Cavalcanti. Consagração referida em canções de compositores famosos da música popular, entre outros, Noel Rosas (“Dona de Cabaré”) e Wilson Martins (“Largo da Lapa”). Entre as décadas de 1940 e 1980, o esvaziamento econômico e a deteriorização do patrimônio imobiliário do local se alinharam a transformações sócio-simbólicas manifestas, de um lado, na valorização da faixa litorânea sul como moradia das classes mais aquinhoadas e, também, núcleo de fermentação cultural, sintetizada na emergência e consolidação da bossa-nova; de outro, a funcionalização de camadas da zona central do Rio como espaço de negócios, aliada ao emprego cada vez maior de automóveis e transportes públicos favoráveis aos deslocamentos entre grandes distâncias, na contrapartida da construção de viadutos e vias de circulação orientada para as regiões suburbanas, tornara porções majoritárias da mesma zona central espécie de corredor de transporte pesado (Cristino, 2009).

A partir do início dos anos de 1990, contudo, a região da Lapa vem experimentando a renovação do interesse de segmentos melhor posicionados na hierarquia social (empresários e proprietários de bares, restaurantes e antiquários) e igualmente contando com a participação do poder público, em maior escala municipal, na execução de projetos visando re-funcionalizá-la como um pólo cultural-musical e gastronômico de diversão, enquanto saída de desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Isto, no compasso do contínuo crescimento do público interessado nas rodas de samba e choro realizadas por lá. Tendo por emblema o movimento mobiliza em favor da luta contra o desmonte do prédio onde se instalara a Fundação Progresso, a tendência adquiriu ritmo em projetos como o da Quadra da Cultura (1990), pelo qual o Estado destinou edificações antes ocupadas para o comércio para o abrigo de instituições culturais – Teatro do Oprimido (do diretor Augusto Boal) e da Federação dos Blocos Afros e Afoxés do Rio de Janeiro. Na sequência, com o projeto Distrito Cultural (2000) se procurou ampliar a

embocadura daquele que o antecedeu, abarcando para além do entorno dos Arcos do Largo da Lapa, as Ruas do Lavradio (incluindo a Travessa do Mosqueira), dos Arcos, do Riachuelo, Joaquim Silva, do Resende e da Relação, e ainda as Avenidas Mem de Sá e Gomes Freire. A renúncia fiscal por parte do Estado favoreceu as reformas de casarões com a finalidade de implantar casas de espetáculos e/ou de prestação de serviços de alimentação; igualmente incrementou o comércio de antiguidades, sobretudo na Rua do Lavradio. E, ainda, permitiu a implantação do Centro Cultural Carioca e do Espaço Constituição. Deste modo foram surgindo endereços onde se articulam samba, choro e serviços de bar: Rio Scenarium, Bar Empório, Arco da Velha, Biscoito Fino, Carioca da Gema, Bar Brasil, Bar Semente, entre outros. Ao todo, distribuídas entre as “famosas” e aquelas de menor prestígio, existem hoje cerca de 33 casas que oferecem música ao vivo a um universo de consumidores estimado em 40 mil, compostos de brasileiros (cariocas e visitantes) e turistas estrangeiros (Requião, 2009).

Embora tematizada pelo dueto entre samba e choro, o qual se escuda na emergência de uma geração de novos compositores e intérpretes musicais, a efervescência cultural região da Lapa avança para abraçar outros gêneros musicais como funk, forró, hip-hop. Algo assim tanto promove vinculações com a indústria e o mercado fonográfico quanto com as tramas das mídias, em particular as inseridas nas redes cibernético-informacionais, em que se visibilizam bens e atuam dispositivos de legitimação da produção simbólica (Herschmann, 2007; Alemida, 2010: 43-72). Um dos efeitos obtidos a partir dessa correlação é a paisagem de ruas apinhadas de pessoas durante as noites e mesmo nas tardes, a depender do período do ano, como o verão, principalmente em datas como réveillon e carnaval.

Se o exemplo da região da Lapa é aquele de maior expressão, mas ele acompanha esforços desenvolvidos desde década de 1980 para reativar o capital, particularmente o imobiliário, estocado no centro do Rio de Janeiro. Reuniram-se energias dos órgãos estatais, mas com decisiva colaboração de entidades representativas de setores empresariais – Associação dos Comerciantes do Centro do Rio Antigo (ACCRA) e de grupos devotados ao resgate da memória urbana. A sucessão de projetos partiu do imperativo posto pelo poder público local, na época,

de que era preciso “encher de vida o centro da cidade”, considerando as quatro regiões administrativas e os seus 10 bairros aí localizados. E isso significava intensificar os usos para fins comerciais por parte das classes médias, assim, ativando fluxos intra-urbanos. Deste modo, ainda na gestão do Prefeito Israel Klabin se dá a criação da Fundação Rio, posteriormente convertida no Instituto Municipal de Arte e Cultura/Rio Arte. Este é o começo de uma série atitudes com propósitos de requalificação urbana obediente, mas que deveria estar obediente à antecedência histórica, antropológica e artística das ações. Série iniciada pelo projeto dos Corredores Culturais cuja decisão de isenção do Imposto Predial Territorial Urbano tinha por objetivo incentivar reformas das fachadas dos prédios em pontos como as adjacências das Praças da Cinelândia e XV, além dos Largos da Carioca, de São Francisco e da Lapa. Sucede-se o favorecimento à instalação de equipamentos culturais: centros culturais (CCBB, Light, Correios, Hélio Oiticica, Caixa Econômica e outros), teatros, salas de projeção cinematográfica e de exposições (Casa França Brasil). Em outra frente era lançada a campanha “Fim de Semana no Centro” e, ainda, com a postura de renúncia fiscal com o fim de alavancar recursos da Lei Rouanet, foram restaurados prédios e igrejas reconhecidos como detentores de valor histórico e arquitetônico. Nos rastros dos resultados obtidos com esses esforços que permitiram o incremento e fixação de um público para atividades e eventos artístico-culturais no centro carioca, livrarias, bares, restaurantes, casas de dança de shows, campus universitários e outros estabelecimentos afins surgiram, como também centros empresariais e espaços para convenções e negócios¹⁴ (Magalhães, 2008; Brugger, 2007; Martins & Oliveira, 2009).

Mais recentemente, com a elaboração e o início da execução do plano estratégico para região central do Rio de Janeiro, ampliou-se a tônica no objetivo de “identificar as potencialidades da área, a partir de seus aspectos positivos, vocações e manifestações culturais próprias” (Fonte: Plano Estratégico para Região Central do Rio de Janeiro). O diagnóstico

14 O mais notável centro empresarial Torres Almirante, na Avenida Almirante Barroso, construído pela incorporadora inglesa Himes, com 36 andares; já na região da Cidade Nova, como parte da implantação do Teleporto, a Prefeitura inaugurou um centro de convenções para 40 mil participantes.

proposto definiu como prioridades para o desenvolvimento da região, a existência de uma gama vasta de manifestações culturais, indo de escolas e rodas de samba, aos artistas de rua, comportando eventos de artes plásticas, música e teatro, além de feiras de artesanato, de antiguidades e de produtos regionais. O ponto nevrálgico do plano estratégico é consagrar o Centro do Rio como o “centro de referência histórico-cultural do país”, estimulando a vocação de turismo histórico/cultural e para as atividades de lazer e diversão culturais. Enfocam-se, então, tanto definir e estabelecer os alicerces institucionais para a criação do Centro de Referência Histórico-Cultural da Cidade quanto colocar em marcha políticas de recuperação, revitalização e utilização dos espaços públicos e prédios históricos da região, em meio à ativação de circuitos culturais e de entretenimento abrangendo a Cinelândia, Lapa, Rua do Lavradio, Praça Tiradentes, Largo da Carioca e Praça XV, Praça da República, Rua Frei Caneca, Beco da Sardinha, Estácio, Rio Comprido, Catumbi, Cidade Nova, Santa Teresa e a Ilha de Paqueta.

A princípio não inserida nesse mapeamento em que economia e cultura se imbricam, a região portuária do centro do Rio passa a integrar iguais esforços de recuperação e revitalização, principalmente, desde 2001 com os resultados do estudo realizado pelo Instituto Pereira Passos, da Prefeitura municipal. A partir deste ano, a área compreendendo 3.177 Km² quadrados e 22 mil 879 habitantes (Fonte: Censo IBGE – 2000) é vislumbrada por suas potencialidades imobiliárias para fins de moradia de segmentos de classe média e, também, para aportar a prestação de serviços ligados ao setor cultural e de entretenimento. As intervenções propostas no plano estratégico para essa área implicam: na revisão da legislação urbanística; incremento da função residencial; reestruturação da circulação viária; recuperação dos espaços públicos; desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda; parcerias públicas e privadas, nacionais e internacionais, mas voltadas para a revitalização urbana. Os efeitos gerados, até agora, por esta programação, embora ainda tímidos, se revelam em algumas melhorias nos equipamentos de drenagem e esgotamento. Os critérios de usos dessa parte do contexto urbano foram definidos com a implantação da Área de Proteção Ambiental (APA) em partes dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (SAGAS), com a assinatura do Decreto Municipal 7.351/88. Nos galpões

desativados do Cais do Porto, a Prefeitura inaugurou, em 2002, o Armazém do Rio, amplo pavilhão de 3.500 m² com lotação de até cinco mil pessoas, capaz de abrigar shows, exposições e eventos culturais. Foram erguidas as Vilas Olímpicas da Gamboa e do Caju. Por outro lado, já ocorreu a reurbanização de logradouros públicos e recuperação de imóveis antigos, agora dirigidos à moradia de grupos de baixa renda. Inaugurou-se um conjunto residencial de 150 apartamentos no Morro da Saúde. Com o mesmo propósito de favorecer a ocupação da área para fins habitação, em 2004 se concedeu licença para a construção nos terrenos da Rede Ferroviária Federal (RFF) de cinco prédios na Presidente Vargas e mais oito blocos na Avenida Rodrigues Alves e na Rua da Gamboa, perfazendo um conjunto de edifícios entre oito e 12 andares, alocando 1.306 apartamentos. Finalmente, vimos, em 2005, se deu a inauguração da Cidade do Samba (Duarte, 2005).

Portanto, o quadro de determinações na qual se inscreve a retomada de lembranças referidas à Pequena África carioca remete às estratégias de redefinição funcional do espaço urbano da área central da cidade, mas em acordo com o movimento em que se interligam economia e produção simbólica e consumo cultural, dinâmica própria à moldura do espaço-imagem. Como chamamos atenção acima, porém, acreditamos ser fundamental observar a complexidade desse processo, afinal, não consiste em uma direção de mão única indo do dueto sistêmico Estado e mercado em direção aos mundos sociais intrínsecos aos locais; os trajetos e itinerários urbanos de pessoas, grupos e entidades que se moldam e portam, estendendo, a memória dos mesmos lugares são fatores básicos à eficácia ou não dessas determinações. Por isso, tão significativo é descortinar encaminhamentos transversais em que, embora não necessariamente causados ou subordinados a essas mesmas determinações, mostram-se fundamentais quando se trata de entender como a própria re-funcionalização da região portuária adquire vigor enquanto formas e teores das experiências no cotidiano. Considerando as restrições de tamanho deste artigo, iremos, desde agora, priorizar em termos analíticos e interpretativos tão-somente algumas entre uma diversidade de itinerários institucionais, ao lado de posturas e gestos, cujo traço comum é o esforço de fomentar usos urbanos daquela região para fins culturais e diversão. Mas tendo em conta estarem nelas

amalgamas tanto a prerrogativa cognitivo-instrumental quanto a normativa ao envolvimento simbólico-afetivo de agências (individuais ou institucionais) com as paisagens que se torna alvo das suas investidas.

Nesse sentido, é heurística a participação de uma entidade como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – na execução de projetos pautados pela articulação da valorização de símbolos e práticas culturais existentes na zona portuária com os circuitos de diversão, turismo e consumo cultural de abrangência cosmopolita. Assim, escudada no Projeto Monumenta do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e apoio da Unesco¹⁵, uma equipe da organização integrada por historiadores, antropólogos e turismólogos se propôs desnaturalizar a paisagem em torno da Estação Ferroviária Central do Brasil, no centro da cidade. A atuação obedecia ao intuito de reforçar e fazer o resgate patrimonial de saberes e lugares da “cidade submersa” e, na sequência, elaborar “roteiros turísticos culturais”. A idéia era conferir visibilidade, no instante em que, após a identificação dos lugares e monumentos, fossem montados roteiros temáticos dos bens materiais e imateriais ali localizados. A luz desse procedimento, inventariou-se uma diversidade de aspectos: o Cemitério dos Pretos Novos, o Largo de São Francisco da Prainha, a roda de samba semanal da Pedra do Sal no Morro da Conceição¹⁶, o Largo João da Baiana, a Chapelaria Porto (freqüentada pelo sambista Paulinho da Viola), o Trapiche da Gomboa, o Angu do Gomes, o Boteco Caldo Pão, a Orquestra de Pernas de Paus Pedro Ernesto, o shows realizados no auditório da Rádio Nacional recordando o período áureo dessa emissora entre as décadas de 1940 e 1960, a Fundação José Bonifácio, onde o Centro de Estudos de Cultura

¹⁵ A proposta do Projeto Monumenta é integrar, a partir do Fundo Municipal de Preservação, poder público, iniciativa privada, organizações do terceiro setor e pessoas e grupos interessados nas cidades detentoras de patrimônios histórico-artísticos tombados no sentido de dar suatentabilidade à preservação dos respectivos patrimônios. Para isto, promove-se a capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, mas também a formação de agentes locais de cultura e turismo, além da promoção de atividades econômicas e programas educativos.

¹⁶ Durante o período de funcionamento do Cais do Valongo, a região em torno da Pedra do Sal abrigava os chamados “zungus”, isto é, casas coletivas ocupadas por negros escravos e forros. Mais tarde, já na República, o local abrigou um botequim freqüentado por nomes como Donga, João da Baiana, Pixinguinha e Heitor dos Prazeres.

Africana promove palestras sobre história e cultura negro-africanas.

Fundada em 1952, o IBAM é uma organização de natureza não-governamental e igualmente sem fins lucrativos e se apresenta como "(...) vocacionada para o fortalecimento do governo municipal, sob a ótica de uma sociedade democrática, cujos objetivos abrangem o estudo, a pesquisa e a busca de solução dos problemas municipais e urbanos, no quadro do desenvolvimento regional e nacional." Investida deste lema, o Instituto obteve reconhecimento por parte dos governos federal e do Estado do Rio Janeiro enquanto instituição de utilidade pública. Ao mesmo tempo, a entidade tem aprovação pelo Conselho Nacional de Serviço Social do status de instituição de fins filantrópicos. De acordo, ainda, com os termos de explicação fornecidos pela organização: "Os compromissos estratégicos do IBAM, traduzidos em ações cotidianas, decorrem de uma atenção permanente às mudanças e tendências sociais, políticas e econômicas, no mundo e no Brasil, bem como da flexibilidade nas formas de atuação e da capacidade de inovar tecnologicamente. O IBAM reafirma sua missão de promover o Município como esfera autônoma de Governo, fortalecendo sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade democrática e valorizando a cidadania."¹⁷

Para o que nos interessa, essa missão do IBAM se manifesta em atividades como a consultoria oferecida às administrações municipais visando "colaborar (...) na elaboração, revisão e implementação dos seus Planos Diretores, contemplando a introdução de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, de acordo com as necessidades e o contexto local, bem como a integração das questões urbanas e ambientais, socioeconômicas e institucionais." O foto dessas consultorias é a gestão dos usos do solo urbano, considerando finalidades ambientais e sua correlação com as questões do desenvolvimento sustentado do ponto de vista socioeconômico e cultural. Deste modo a atuação da entidade contracenava em um contexto em que a descentralização no tocante à tomada de algumas das decisões e dos modos de intervenção a elas vinculadas, que, a princípio estariam definidas como exclusivas

¹⁷ As informações arroladas sobre o IBAM foram obtidas no site do instituto – <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>; acessado em 06/06/2010.

dos órgãos estatais, acompanha aspectos indicados como intrínsecos à globalização, principalmente, certa relativização da soberania do Estado-nação com seus efeitos sobre a correlação de forças com impacto na distribuição do bem-estar social, aguçando problemas como iniquidade entre os segmentos sociais e a diminuição drástica da estabilidade no que concerne à garantia da sobrevivência. Fatores esses adicionados à reverberação de variáveis outras (ecológicas, sanitárias, jurídicas, etc.) cujas manifestações desafiam poderes e saberes oficiais e evidenciam uma atmosfera de insegurança generalizada. Mas, por outro lado, o mesmo contexto da globalidade também parece compor a intensificação dos trânsitos entre povos e culturas distintas, perfazendo um diálogo transcultural embasado nas plataformas tecnológicas digitais informação-comunicação. Movimento em que a profusão de imagens dos lugares se realiza na difusão de saberes e fazeres autóctones, compondo uma rede cosmopolita a qual contribui para agregar valores a essas mesmas localidades, mas repercute também em pressões por reorientações nas concepções de desenvolvimento sócio-econômico em favor da eleição das práticas e símbolos culturais como alavancas decisivas na promoção de recursos habilitados ao ingresso de parcelas maiores da população mundial a condições mais favoráveis de vida (Calderon Gutierrez, 2002; Yudice, 2004).

Sob esse ponto de vista, a intervenção de uma organização como o IBAM faz parte de remanejamentos estruturais sensíveis expressos na alteração da posição central ocupada pelo Estado nacional no sistema mundial, no andamento da tendência em que o exercício soberano do governo dos corpos cada vez mais se realiza nos tensos e pontuais entretenimentos das máquinas técnico-burocráticas com as redes institucionais orientadas à contidianeidade capilar das micro-conflitualidades. Para alguns intérpretes o que se evidencia é a emergência de uma governança biopolítica tendo por meta a otimização de aspectos com forte apelo sobre as estimas, desde aí engajando os afetos mediante discursos autorizados a torná-los tanto objeto de saber (por intelectuais) quanto alvos merecedores do cuidado por redes institucionais, como as ONGs. A mobilização de categorias como identidade cultural e diversidade vem sobre esteira da política de população que se insinua associada a essa governança política; afinal tais categorias parecem proporcionar a triangulação entre a

totalização global, a fragmentação por conta da especialização dos órgãos de gestão da vida e as tamanhas e díspares heterogeneidades étnico-históricas (Hart, 2000: 369-370; Farias, 2010).

Quando tornamos a olhar a experiência contemporânea da zona portuária carioca e mesmo de outras áreas da cidade (Freire-Medeiros, 2010), esta conta não parece fechar, contudo, apenas levando em conta os elementos institucionais, normativos e cognitivos, desconsiderando-se a face oculta das afetividades envolvidas na mesma dinâmica. Algo revelado durante o depoimento colhido entre uma das integrantes da mesma equipe de IBAM responsável pelo inventário de lugares e monumentos acima apresentado. Historiadora, natural do interior do Estado de São Paulo, ela sublinhou seu próprio deslumbre pelo centro do Rio de Janeiro, a seu ver ali se conjugam romantismo e catástrofe na história, pois ali se descortina como a promessa do progresso tecnológico (o bonde e a energia elétrica, por exemplo) está casada aos modos de exploração e deturpação ecológica que se seguiram. No entanto, o que chama atenção no relato é percepção da densidade memorial e histórica sobre o lugar das redes de pessoas que acessou no curso da execução do projeto dos “roteiros turísticos culturais”. Com certa comoção, ela sentencia: “As pessoas sabem contar as histórias. Tem referências do lugar. Vivenciam essas coisas, mesmo que não diretamente. Isso é muito próprio, é verdadeiro. Eles sabem do que estão falando. (...). As pessoas têm muitas histórias, muitas memórias. Estão nelas mesmas.”¹⁸ Se a fala deixa escapar sua insatisfação com os resultados das intervenções institucionais no resgate e no apoio as atitudes que visam garantir a permanência dos bens existentes naquela região da cidade, ainda assim exacerba o teor afetivo-simbólico das posturas que encontrou na realização de atividades interligando identidade e memória, nas quais o manter o traço significativo das práticas e dos locais é contrapartida da gratificação das estimas pessoais.

Parece que obediente a mesma motivação, a partir de 1993, formou-se um grupo dedicado à pesquisa e à divulgação da Praça Mauá com “sua cultura e seus personagens imortais”. A princípio, um grupo de samba denominado “Fabuloso Grupo Eu Canto Samba”, posteriormente

¹⁸ Entrevista realizada no dia 10/02/2010.

denominado “Nós Mesmos”, composto por empregados de empresas e órgãos estatais federais (como Instituto Nacional de Tecnologia) sediados no Centro do Rio de Janeiro, além de “amigos moradores, curiosos, arquitetos, historiadores, músicos, pesquisadores”. O fator de união entre eles seria “(...) o amor pelo samba, pelo carnaval de rua, pela cidade do Rio de Janeiro e, especialmente, por aquele pedaço do Rio.” De acordo com a narrativa elaborada pelos membros do grupo, a sucessão dos encontros gerou práticas lúdico-artísticas e entes institucionais orientados para a cultura e a diversão, repercutindo na adoção de roteiros alternativos de consumo de bens simbólicos e serviços, decisão reconhecida e premiada por órgãos de promoção e avaliação cultural. Procedimento cujo êxito obtido o estendeu na divulgação de outras áreas cariocas e mesmo da própria cidade:

Desses encontros, sempre no Largo de São Francisco da Prainha, surgiram: o bloco ESCRAVOS DA MAUÁ, as RODAS DE SAMBA DA MAUÁ (com o “Fabuloso Grupo Eu Canto Samba”) e o cd-rom CIRCUITO MAUÁ: SAÚDE, GAMBOA E SANTO CRISTO, sobre os bairros portuários cariocas. O conjunto dessas iniciativas recebeu, no ano 2000, o Prêmio URBANIDADE, concedido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) a trabalhos que colaborem para a preservação e a revitalização do patrimônio histórico e cultural e para a ocupação criativa do espaço público da cidade. As RODAS DE SAMBA DA MAUÁ receberam o troféu Elite-2000 oferecido pela Gafieira Elite, um dos mais tradicionais espaços cariocas de samba e dança de salão. E o bloco ESCRAVOS DA MAUÁ foi escolhido, em eleição popular online pelo Jornal do Brasil, como “o melhor bloco do carnaval 2006”. O cd-rom CIRCUITO MAUÁ, lançado em 1998, contou com uma equipe de mais de 20 profissionais, teve direção de Eliane Costa, patrocínio da Multiterminais Alfandegados, empresa da área do porto do Rio de Janeiro e apoio das leis de incentivo à cultura. Com ele conquistamos diversos prêmios, como o PRIX MOBIUS AMÉRICA LATINA (com conseqüente apresentação do cd-rom na etapa mundial do Festival PRIX MOBIUS de Multimídia em Paris, três meses depois), o TOP NEW MEDIA 2000, conferido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, e a DISTINÇÃO-2001 da União Brasileira dos Escritores.

Mais adiante, em 2002, incorporando novos colaboradores, lançamos o cd-rom CIRCUITO COPACABANA, o segundo volume de uma série que passamos a chamar de CIRCUITOS DO RIO. Com o CIRCUITO COPACABANA, fomos indicados novamente como representantes da América Latina para a etapa mundial do PRIX MOBIUS, desta vez na Grécia. E lá estivemos.

A série CIRCUITOS DO RIO tem como objetivo retratar em cd-rom e na internet regiões da cidade do Rio de Janeiro que tenham sido significativas para a história e para a cultura cariocas, enfatizando sua participação na evolução urbana da cidade e registrando seus personagens e manifestações de cultura popular local. Fazem parte dos nossos planos (futuros), os cd-roms: CIRCUITO LAPA E PRAÇA TIRADENTES, CIRCUITO PAÇO IMPERIAL, CIRCUITO QUINTAS IMPERIAIS (S. Cristóvão e Caju) e o CIRCUITO SANTA TERESA.¹⁹

Não podem ser negligenciados no tramado da narrativa os indicadores de que, entre a miríade de adeptos desse movimento de valorização do “Circuito Mauá”, estão pessoas direta ou indiretamente vinculadas a círculos e instâncias com ascendência na formação da opinião pública na cidade e mesmo no país, por intermédio das mídias e das instâncias de celebração erudita da cultura, como a universidade e editoras. Tampouco se deverá fechar os olhos ao trânsito de vários desses integrantes no cerne dos poderes públicos. Menos ainda não considerar a existência de quadros sócio-funcionais habilitados ao emprego de plataformas tecnológicas digitais. Certamente, a conexão de capitais culturais e sociais (os contatos) cumpre importante função à capitalização dos investimentos feitos pelo mesmo grupo e como a tessitura das suas narrativas contribui para invenção de tradições com impactos na seleção do que passa ser digno de patrimonialização por parte dos órgãos estatais especializados no tema (Barreira, 2003). Porém, é sensível também a simultânea gratuidade desses gestos mobilizados pelo desejo de permanência do que se considera singular no tocante à compensação das suas expectativas afetivas, de verem conservado e reconhecido em seu dado único aquele nicho, de onde parecem extrair

¹⁹ Informações obtidas no site <http://www.circuitos-do-rio.com.br/escravos.htm>.

muito do sentido das suas existências. Gratuidade, na medida em que tem por objetivo preservar para celebrar aquele mundo composto das paisagens em que se aninham suas identidades e memórias:

A história dos bairros portuários cariocas é a história do próprio Rio de Janeiro, embora a maioria dos cariocas não a conheça. Além de toda a questão da cultura negra (estão ali as raízes do choro, do samba, dos ranchos e do carnaval popular), há a história da Rádio Nacional nos tempos de ouro do rádio; a fabulosa Praça Mauá e histórias como a da Revolta da Chibata no porto, cujo líder - João Cândido - foi lindamente homenageado por João Bosco e Aldir Blanc como o “Mestre-sala dos Mares”. Isso sem falar da arquitetura do início do século XX, que ainda se pode ver de perto no Morro da Conceição, preservada, basicamente, pelo abandono. A arquitetura, aliás, é um capítulo à parte, pois temos na região construções do século XVIII, como a Fortaleza da Conceição, além do Mosteiro de São Bento e das diversas Igrejas, a maioria no topo dos morros - do Livramento, da Providência e do Pinto. Todas essas histórias já foram cantadas nos sambas dos Escravos da Mauá, mas sempre falta falar de muita coisa...

Se a atual narrativa é uma das feições da reposição do mito local, a despeito da intenção da agência, parece que o trançado da música popular com a arquitetura e a história do bairro enraizada nos rumos da escravidão antecipa a singularidade para usos de apreciação cultural e diversão. É como se o relato estabelecesse a cumplicidade entre o mito composto pelas lembranças africanas e a economia simbólica. Talvez, deste modo, assinala como as determinações que ora pautam muito das experiências em extensão planetária se precipitam naturais nas sensibilidades e afetos. No ajustes das práticas com a possibilidade de se fazerem informações, na canalização das lembranças e das expressões em gestos passíveis de ganharem corporeidade midiática. Enfim, a informacionalização da experiência acena à formação subjetiva própria ao contexto da globalidade, consistindo no ato de fazerem imagens visuais e audiovisuais o tramado simbólico e histórico intersubjetivo em que as representações veiculadas no discurso público portam o estoque de saberes no qual a escravidão e suas vicissitudes conformaram aquela parte da cidade, em

que se gerou um território com estreita relação do samba com o carnaval, com a radiofonia e a música popular, com a saga de migrantes e com o vai e vem do cais do porto. Aspectos esses que dão sustentáculos a muitas das convicções e ideários de pessoas que aderem a grupos como o “Nós Mesmos”. Ideais e valores guardados nas maneiras como elas percebem e valorizam a si e o que sentem como exterior, nos modos de se projetarem em suas intenções e de continuamente se fazerem em seus desempenhos cotidianos, segundo as circunstâncias.

De acordo com as inferências de Bourdieu, um aspecto premente na interpretação sociológica da dinâmica da produção cultural diz respeito aos limites entre o plano efervescentemente desinteressado do simbólico e aquele das interdições cotidianas onde se processam as lutas pela sobrevivência. Para o autor, no perímetro cultural prevalece um princípio econômico próprio para o qual os...

(...) investimentos só terão retorno se forem operados, de alguma forma, a fundo perdido, à maneira de um dom que só pode ter a certeza de contra-dom mais precioso, ou seja, o reconhecimento, se vier se aceitar como sem retorno; e, como no dom que ele converte em pura generosidade ao ocultar o contra-dom por vir, desvelado pela sincronização do ‘toma lá dá cá’, é o tempo interposto que serve de anteparo e dissimula o lucro prometido aos investimentos mais desinteressados.” (Bourdieu, 2004: 65).

Tendemos a acreditar estar na novidade empírica do estudo da economia simbólica a decisiva inadequação de recorrer, exatamente, ao modelo analítico-interpretativo cujo princípio é o da segmentação entre o tempo e espaço do dom desinteressado e aquele do interesse instrumental. A hipótese para estudos de característica qualitativa está na idéia de que tal modelo de pesquisa e análise dos sistemas e mercados simbólicos não pode ser aplicado para qualquer contexto etnográfico em estudos de modernização, sob o prejuízo de tanto deixar escapar as articulações sócio-genéticas em que se sincronizam os elementos no estabelecimento de dinâmica histórica própria a tais sistemas de práticas quanto compreender o tecido feito à base de materialidades e sentimentos em que não se opõem dinheiro e emoção, autenticidade e signo.

Nesse sentido o entrelaço do lugar-imagem e do lugar-paisagem como se apresenta no cruzamento da economia simbólica com a memória nas condições metropolitanas de ênfase em um culturalismo como estratégia de revitalização urbana do Rio de Janeiro atual (Sodré & Paiva, 2008: 168-169) incita considerar a sério o tema da ambigüidade nos gestos. Afinal, durante o percurso analítico e interpretativo feito sobre o retorno das lembranças africanas na cidade, em especial na área conhecida como Pequena África carioca a todo o tempo se destaca a propriedade bifronte das atitudes que se inspiram no resgate e na promoção dessas reminiscências. De um plano a outro sobressai no esforço de manter os documentos da cultura, a presença dos ditames do dueto Estado e mercado. Ou – na mão inversa –, em meio à execução de projetos obedientes ao arranjo decidido pelas prerrogativas sistêmicas do poder e do dinheiro, ressaltam-se os limites impostos às valorações dos objetos na observância da história e da memória local. O que permanece como interseção de uma e outra dimensão é o âmago simbólico-afetivo das agências que, no desenrolar das suas práticas, mostram-se dispostas ao cruzamento pela certeza em torno do imperativo da visibilidade cosmopolita como uma solução tanto de preservação como de reconhecimento desses bens que evocam e afagam suas respectivas estimas.

Referências bibliográficas:

ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1987.

ALMEIDA, Marco Antônio. “Cultura, informação, tecnologia: novas perspectivas para o consumo e a crítica cultural” In: Edson Farias (org.): *Práticas Culturais nos Fluxos e Redes da Sociedade de Consumidores*. Brasília (DF): Verbis, 2010.

APPADURAI, Arjun. “Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, 1997.

ARANTES, Antônio Augusto. “A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo” In Carlos Fortuna (org.):

Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia, Oeiras: Celta, 1997.

ARANTES, Antônio Augusto. Paisagens Paulistas: transformações do espaço público. SP: Edunicamp, 2000.

AUGÉ, Marc. Os Não-Lugares. Antropologia da Super-Modernidade. Campinas (SP): Papirus, 1995.

BARTHE, Roland. Mitologias. RJ: Bertrand, 1989.

BAUTÈS, Nicolas. "Espaço-Patrimônio e dinâmica de atores na rua do Lavradio (Centro Histórico do Rio de Janeiro): a produção sociopolítica do "Novo Rio Antigo" In: Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização (org): Maria de Fátima Cabral Marques Gomes. RJ: FAPERJ, DP& A, 2006.

BARREIRA, Irllys de Alencar. "A cidade no fluxo do tempo: invenção do assado e patrimônio". Sociologias, n. 9, Porto Alegre, Jan./June, 2003.

BRADLEY, Harriet, FENTOM, Steve. "Reconciling culture and economy: ways forward in the analysis of ethnicity and gender" In: RAY, Larry & SAYER, Andrew (eds.): Culture and Economy after the Cultural Turn. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

BRAGA, Andrea da Costa. Morfologia, transformação e co-presença em centros urbanos em centro urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

BOURDIEU, Pierre "A produção da crença" In: A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. SP: Zouk, 2004 (2ª edição).

CALDERON GUTIERREZ, Fernando. Reforma de la Política: deliberación y desarrollo. P. Imprenta, 2002.

CARDOSO, Ricardo José Brugger. "Cidade como palco: o Rio de Janeiro dos anos de 1980". Trabalho apresentado no III Enecult, Salvador, UFBA, 23-25 maio, 2007.

CARVALHO, Mônica de. Cidade Global, anotações críticas sobre um conceito. São Paulo, SP:

Perspectiva. Vol.14, nº.4 São Paulo Oct./Dec. 2000.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e

Cultura, Vol. I. SP: Paz e Terra, 1999.

_____. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. II. SP: Paz e Terra, 1999a.

_____. “Tecnologia de informação e capitalismo global” In: HUTTON, Will & GIDDENS, Anthony (orgs.): No Limite da Racionalidade: convivendo com o capitalismo global. RJ: Record, 2004.

CAUFIELD, Swann. “O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. Tempo, n.9, RJ.

COLBY, C. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. In: Readings in Urban Geography. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. Originally Published in: Annals of the Association of American Geographers, 23(1), 1933.

CERBOCINI, Dimitri. “A Cor do Samba”. Trabalho apresentado no GT 25 – Sociologia da Cultura, XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 28 a 31 julho, 2009.

CHAMBERS, Iain. Urban Rhythmas: pop music and popular culture. New York: ST. Martin’s Press, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço Urbano. São Paulo, SP: Ática, 2003.

COSTA, Rosalina Maria. Em busca do espaço perdido – A reconstrução das identidades espaciais do bairro da lapa na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CRISTINO, Leandro Nascimento. “A malandragem como emblema nacional.” Soletas, ano IX n. 17, UERJ, 2009.

DE CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: Os Usos da Cultura (vol. I). Petrópolis: Vozes, 1994.

DENTON, S. and MORRIS, R. “A joint’s a joint” In: AMIN, Ash and THRIFT, Nigel (eds.): The Blackwell: cultural economy reader. Oxford: Blackwell, 2004.

DRIVER, Stephen, MARTELL, Luke. “New labour: culture and economy” In: RAY, Larry & SAYER, Andrew (eds.): Culture and Economy after the Cultural Turn. Longon, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

DUARTE, Aluizio Capdeville. A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

E ESTATÍSTICA – IBGE – Conselho Nacional de Geografia, 1967.

DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. SP: Paulus, 1989.

FARIAS, Edson. "Paulo da Portela: um herói civilizador". *Caderno CRH*, n.30/31, jan./dez, 1999.

_____. "Carnaval carioca, a matriz do negócio do ócio brasileiro". *Caderno CRH*, n. 38, jan./jun. 2003.

_____. "Fases de uma festa-espetáculo: redes e diversidades na montagem do ciclo junino em Caruaru". *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 08 n. 01 (jan./jun.), 2005.

_____. *O Desfile e a Cidade: o carnaval-espetáculo carioca*. RJ: E-Papers, 2006.

_____. "Cultura popular na fisionomia da economia simbólica no Brasil". *Teoria & Pesquisa*, Vol. XVI n. 1, 2007.

_____. "Culturas na Dinâmica da Economia Simbólica: um estudo sobre a Fazenda Machadinho em Quissamã (RJ)". Trabalho apresentado no GT – O Mesmo e o Diverso, durante à 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

FORTUNA, Carlos. "Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora" In: Carlos Fortuna (org.): *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta, 1997.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. "Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores". *Sociedade e Estado*, Vol. 25 n. 01, 2010.

FREITAS, Cristiane Motta. "A reconquista do centro: uma reflexão sobre a gentrificação de áreas urbanas. A cidade global" In: *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. SP: Martins Fontes, 1989.

_____. *As Consequências da modernidade*. RJ: Unesp, 1991.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. SP: Editora 34, 2001.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

GOULART, R. "Processo de reabilitação e renovação urbana na cidade

do Rio de Janeiro e suas perspectivas”. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: niversidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (44). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>.

GUARANIS, Marcos Benevides & SOUZA, Vicente Custódio Moreira. “A preservação do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro relacionada à qualidade de vida e à organização do espaço urbano”. Revista Internacional de Desastres Naturales, Accidentes e Infraestrutura Civil.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. Do Samba ao Rap: a música negra no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998.

HABERMAS, Jürgen. “Modernidade – um projeto inacabado” In: Otília Arantes e Paulo Arantes (orgs.): Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Habermas. SP: Brasiliense, 1992.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. RJ: DP&A, 2003.

HARDT, Michael. “A sociedade mundial de controle” In: ALLEZ, Eric (org.): Giles Deleuze: uma vida filosófica. SP: Editora 34, 2000.

_____. & NEGRI, Antonio. Multidão: Guerra e democracia na era do império. RJ: Record, 2005.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HERSCHMANN, Micael. Lapa, Cidade da Música: desafios e perspectivas para o crescimento do Rio de Janeiro e da indústria da musica independente nacional. RJ: Mauad, 2007.

HOCHSCHILD, Arlie. “Feeling management: from private no commercial uses” In: AMIN, Ash SAYER, Andrew (eds.): Culture and Economy after the Cultural Turn. Longon, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

and THRIFT, Nigel (eds.): The Blackwell: cultural economy reader. Oxford: Blackwell, 2004.

HOCHSCHILD, Russel. La mercantilización de la vida íntima. Apuntes de la casa y el trabajo. Katz Editores: Buenos Aires, 2008.

HOLZER, Nerther. “Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente”. Revista Território, ano 4 n.3, jul./dez., 1997.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumen-

tos e mídia. RJ: Aeroplano, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

ILLOUZ, Eva. Intimidades Congeladas. Las emociones en el capitalismo. Katz editores: Buenos Aires, 2007.

INGOLD, Tim. The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill. New York: Routledge, 2000

IPP, Instituto Pereira Passos. Morro da Conceição: da memória o futuro. Rio de Janeiro: Sextante/IPP, 2000.

IPP, Instituto Pereira Passos. Porto do Rio. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMESON, Frederic. El Posmodernismo o la Lógica do Capitalismo Avanzado. Barcelona, Buenos Aires e Mexico: Paidós, 1991.

LAMARÃO, S. Dos Trapiches ao Porto. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro – Coleção Biblioteca Carioca, 1991.

LASH, Scoth & URRY, John. The End of Organized Capitalism. Cambridge: Polity, 1987.

LEITE, Rogério Proença. Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas (SP): Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

LOPES, Nei. Mandigas da Mulata Velha na Cidade Nova. RJ: Língua Geral, 2009.

KENT, Russell. "Market boundaries and the commodification of culture" In: RAY, Larry & SAYER, Andrew (eds.): Culture and Economy after the Cultural Turn. Longon, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. A Requalificação do Centro do Rio de Janeiro: a construção de um objetivo. RJ: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documental e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

MAIA, Rosemere. "Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no 'mer-

cado mundial' de cidades" In: Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização (org): Maria de Fátima Cabral Marques Gomes. RJ: FAPERJ, DP&A, 2006.

MARTINS, Gabriela Rebello & OLIVEIRA, Márcio Pinõn de. "O que está acontecendo com a Lapa? Transformações recentes de um espaço urbano na área central do Rio de Janeiro", s/d. Consultado em <http://egal2009.easyphanners.info/area05/572>.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e Pequena África Carioca. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editorial, 1998.

ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. SP: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e HERSCHMANN, Micael. "O espetáculo contemporâneo. Entre o dramático e o trágico" In: Carlos Alberto Messeder e Micael Herschmann (orgs): Mídia, Memória e Celebidades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade. RJ: E-Papers, 2005.

PRESTES FILHO, Luiz Carlos. "Cultura e economia: a articulação necessária entre indústria e poder público" In: Economia da Cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro. RJ: E-Papers, FAPERJ – COPPE-UFRJ, 2002.

RABHA, N. Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGG da UFRJ (mimeo), 1984.

RAMINELLI, Ronald. "Vistas e Paisagens: imagens do Rio de Janeiro colonial". Revista de História 147, 2002.

REQUIÃO, Luciana. "O trabalho produtivo do músico nas casas de show da Lapa: um estudo de caso". Trabalho Necessário, ano 7 n. 8, 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (Organizadores). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1994.

RISÉRIO, Antônio. "Bahia com H, uma leitura da cultura baiana" In: João Jose Reis (org.): Escravidão e invenção da Liberdade. SP: Brasiliense, 1988.

SAHLINS, Marshall. "Cosmologias do Capitalismo" In: Cultura na Prática. RJ: EdUFRJ, 2004.

SANDRONI, Cícero. Feitiço Decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1930). RJ: Jorge Zahar Editor & Ed. UFRJ, 2001.

SANTOS, Ângela M. S. Penalva. Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro. RJ: FGV, 2003.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica. RJ: Expressão e Cultura, 1993.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. SP: HUCITEC, 1998.

SIQUEIRA, Monica S. "Na Lapa tudo é permitido! A Lapa sob olhar e a experiência de travestis antigas". Iluminuras, UFRGS, 2008.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SMITH, N. The New Urban Frontier – Gentrification and the revanchist city. New York: Routledge, 1996.

SASSEN, Saskia.. The global city. New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University, 1991.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. "Processos de Gentrificação: a (re) organização espacial nascidas, a construção de territórios e a questão do espaço como um sistema informacional". VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2004.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade; Dos processos de gentrificação as políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

SODRÉ, Muniz & PAIVA, Raquel. "A megalópole carioca" In: Alexandre Barbalho (org.): Brasil, Brasis. Fortaleza: 2008.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.

- TELES, Jocélio (2005). O Poder da Cultura. Salvador: Palas, 2005.
- TINHORÃO, José Ramos. Música Popular: do Gramofone ao rádio e TV. SP: Ática, 1981.
- TINHORÃO, José Ramos. Música Popular: um tema em debate. SP: Editora 34, 1997.
- TINHORÃO, José Ramos. História Social da Música Popular Brasileira. SP: Editora 34, 1998.
- VIANNA, Hermano. O Mistério do Samba. RJ: Jorge Zahar Editor & Editora da UFRJ, 1997.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- YÁZIGI, Eduardo. Funções culturais da metrópole: metodologia sobre a requalificação urbana do centro de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles. (orgs.) Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo, SP: Contexto, 2005.
- ZUKIN, Sharon. The Culture of Cities. Cambridge: Blackwell, 1995.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.